

A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa Vivências e Percepções

Ana Isabel Patrício Dâmaso da Silva

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Ana Isabel Patrício Dâmaso Silva,

A Primeira Guerra Mundial na cidade e
distrito de Lisboa

Vivências e Percepções, Outubro 2013

Outubro 2013

Índice

Introdução	3
I. A Europa Antes da Guerra	5
II. A 1ª Guerra Mundial – Acontecimentos e Consequências	8
A Situação Inglesa	14
A Paz	16
A conferência de Paz	16
A Europa Depois do Tratado	18
III. A Situação Portuguesa	21
IV. Debates e Conflitos	24
V. O exército	33
VI. A Cidade de Lisboa	37
Conclusão	52
Fontes e Bibliografia	54
Anexos	64
Anexos Tabelas	64
Anexos Decretos	66
Anexos Imagens	68
Anexos Escritos	70

Introdução

Lisboa, 1914. A guerra que se iria tornar num marco para o mundo havia começado, existindo um sentido inicial de que esta guerra seria rápida e facilmente vencida. Contudo as consequências do conflito europeu começaram a surgir imediatamente, com aumento de preços e limitação da exportação e importação de produtos alimentícios e combustíveis mostrando que "As guerras não se fazem apenas com canhões, homens e espingardas mas também com dinheiro"¹, e que esta não seria uma guerra como as que haviam existido. A população começava a sentir os efeitos de uma guerra que não via e que se dava num local distante, mas que estava presente na vida diária na forma do desemprego, do aumento inflação, falta de farinha, carne, azeite, entre tantos outros géneros. Dentro desta atmosfera mantinha-se a controvérsia da beligerância portuguesa, estando sempre presente no discurso republicano a aliança com a Inglaterra e a defesa das colónias. Por um lado enfatizava-se em jornais e publicações a entrada de Portugal na guerra e a existência de um exército como essencial á permanência da Pátria Portuguesa no mundo. Por outro lado existiam as dúvidas da necessidade de uma guerra europeia quando Portugal já se encontrava fragilizado.

Na opinião política geral a defesa das colónias mostrava-se um caminho quase obrigatório a seguir – a defesa da pátria era essencial. Quando a participação na guerra incluía já a ida para a Flandres surgiam as desavenças. Os políticos e os jornais mantinham-se divididos tal como o próprio partido republicano. Qual seria contudo a posição e as preocupações do indivíduo trabalhador/a normal, aquele que procurava o seu emprego e o sustento da família e de que forma foi atingindo pelos problemas que surgiram durante o conflito?

Este trabalho pretende mostrar uma visão do que foi e como era vista e vivida a 1ª Guerra Mundial em Portugal da perspectiva das populações da cidade e distrito de Lisboa. Este está dividido em seis partes: na primeira, “A Europa antes da guerra” procura-se perceber os antecedentes que levaram ao conflito e como estava a Europa organizada. Na segunda parte, “A 1ª Guerra Mundial – Acontecimentos e Consequências” propomos um pequeno resumo do que a guerra acarretou a nível económico, político e social nos países beligerantes como a França, Alemanha e

¹ In *A Capital* 1 de Agosto de 1914

Inglaterra e como foi recebida a paz. A Terceira parte “A Situação Portuguesa” segue a mesma perspectiva da segunda parte deste trabalho mas com ênfase na situação de Portugal durante o conflito a nível económico e político. A quarta, “Debates e conflitos” procura uma reflexão acerca das várias opiniões em Portugal acerca da participação do país na guerra. Desde partidos políticos como o Partido Democrático e o Partido Unionista e Socialista aos movimentos anarquistas e operários. A quinta parte de uma pequena reflexão do exército português e como estava organizado para o conflito.

A sexta e última parte, reflecte acerca da cidade de Lisboa – da sua evolução, tamanho e organização e de que forma a cidade e o distrito acolheram as notícias da guerra. Pareceu-nos eficaz estender a pesquisa a nível do distrito de Lisboa pela importância que este detinha para o país e para os seus concelhos.

O objectivo principal deste trabalho seria então o de perceber que forma foi vivida a 1ª Guerra Mundial em Lisboa e de que forma era vista: como uma luta necessária e justa; como algo indiferente ou um augúrio da desgraça? As principais fontes de pesquisas basearam-se na correspondência recebida e expedida do Governo Civil de Lisboa e do Ministério do Interior, tal como alguma correspondência da Câmara Municipal de Lisboa. As ordens de serviço do arquivo da Guarda Nacional Republicana e a análise de alguns jornais como *A Capital* ajudaram a completar a pesquisa.

I. A Europa antes da Guerra

Antes de 1870 diferentes partes da Europa tornam-se especializados em determinados produtos sendo que muitos destes países sustentavam-se a si próprios. Depois de 1870 a comida era mais facilmente conseguida: a acessibilidade e contacto com a América aumentaram; a produção de alimentos também aumentou tendo-se acompanhado com uma maior escala de comida provinda da agricultura mas também da indústria; a população europeia aumentou existindo também mais emigrantes (mais homens para preparar os produtos industriais e capitais); estavam ainda numa época de maior facilidade nos transportes com os caminhos-de-ferro e barcos; e finalmente muitos recursos provindos de África chegavam à Europa.

A Europa vivia assim um período extraordinário chamado de “Belle Époque”: “What an extraordinary episode in the economic progress of man that age was which come to an end in August, 1914!”² Apesar de grande parte da população trabalhar muito e viver com baixos padrões de comodidade estes viviam relativamente bem. Para as classes médias e altas a vida proporcionava antes da guerra alguns confortos. O bem-estar vivido nestes cerca de quarenta eram visto como normal, certo e permanente, não existindo sequer uma ideia para a população de que estes poderiam ter um fim.

A Alemanha foi um dos países que mais cresceu, dando-se nesta altura uma transformação da estrutura económica do país. A população cresceu de 40,000,000 em 1870, para 50,000,000 em 1892 para uns 68,000,000 em Junho de 1914. De um país maioritariamente agrícola e auto-suficiente a Alemanha transformou-se numa grande máquina industrial, encontrando trabalho para a população que crescia a olhos vistos e criou meios para assegurar formas de subsistência fora do país.

O Império Austro-Húngaro e a Rússia mantinham a mesma tendência que a Alemanha embora numa escala menor (o império austro-húngaro em 1890 tinha aproximadamente 40, 000,000 habitantes e em 1914 50,000,000; a Rússia passou no mesmo período de tempo de aproximadamente 100,000,000 para 150,000,000).

Antes da Guerra três factores: ordem, segurança e uniformidade traziam uma nova esperança aos europeus. Tornou-se possível preparar e organizar mecanismos de

² Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe, p. 11

transporte, distribuição e trocas estrangeiras de produção conseguindo-se assim manter uma ordem nos centros urbanos que se organizavam em volta da indústria. O carvão alemão cresceu de 30,000,000 em 1871 para 70,000,000 em 1890, e para 110,000,000 em 1900. Em 1913 encontrava-se no elevado número de 190.000,000.

Muitos países em redor da Alemanha eram dependentes desta: “The increasing pace of Germany gave her neighbors an outlet for their products, in exchange for which the enterprise of the German merchant supplied them with their chief requirements at a low price”³. Existia também uma interdependência económica entre a Alemanha e os seus vizinhos. Esta era a melhor cliente para a Rússia, Noruega, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália e Austro-Hungria. Segunda melhor cliente da Inglaterra, Suécia e Dinamarca e a terceira melhor da França. Era ainda a maior fonte de mantimentos para a Rússia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Suíça, Itália, Austro-Hungria, Roménia e Bulgária, sendo ainda a segunda fonte da Grã-Bretanha, Bélgica e França.

A Alemanha não só trocava e comprava a estes países como também lhes fornecia por vezes uma parte do capital que precisavam para o seu desenvolvimento: “The whole of Europe east of the Rhine thus fell into the German industrial orbit, and its economic life was adjusted accordingly”⁴

A Europa estava antes da guerra organizada de modo a assegurar a máxima acumulação de capital através dos investimentos da classe média e alta visto que a riqueza estava dividida de forma inegalitária. A teoria das poupanças ganhava forma com o lema: não gastar muito para poupar como se este se tratasse de um dever e uma virtude e verdadeira dedicação. A sociedade estava a trabalhar para o futuro não para as comodidades do hoje.

Dos bens capitais acumulados pela Europa, uma grande parte foi para exportação. Os investimentos tornaram possível o desenvolvimento de novos recursos de alimentos, materiais e transporte. Existiam no entanto alguns factores de insegurança: instabilidade de uma grande parte da população dependente para a sua subsistência de uma complicada organização; instabilidade das classes capitalistas; e

³ Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe, p. 16

⁴ *Idem*, p. 16

ainda a instabilidade da Europa face à sua dependência de mantimentos vindos do novo mundo.

A guerra fez tremer este sistema: grande parte do continente estava doente e a morrer, a população era excessiva para a qualidade de vida que se poderia oferecer. A organização social estava destruída tal como o sistema de transportes. Os mantimentos eram escassos.

II. A 1ª Guerra Mundial – Acontecimentos e Consequências

O ano de 1914 determinou uma mudança na história mundial não só a nível político, mas também económico e social trazendo alterações nos mercados financeiros, sistemas políticos e costumes culturais e sociais. A Primeira Guerra Mundial abrangeu praticamente todos os países europeus, com excepção da Espanha, os Países Baixos, a Escandinávia e a Suíça. Os Estados Unidos da América, Japão, países colonizados como África do Sul, Angola, Moçambique, Argélia entre outros fizeram desta guerra um acontecimento nunca antes visto. Portugal mobilizou mais de cem mil homens; destes, cerca de oito mil morreram nas trincheiras da Flandres ou nos campos de batalha de África.

Estes anos trouxeram grandes mudanças a nível do desenvolvimento e organização do planeamento das actividades económicas por parte do Estado e associações privadas para poderem dar respostas às necessidades que surgiam no decorrer da guerra. O Estado passou então a dispor de quatro elementos para organizar a sociedade de acordo com as carências vividas: o racionamento, a mobilização da mão-de-obra, o crédito e os preços.⁵

Esta grande intervenção do Estado na esfera económica foi uma novidade nem sempre bem recebida mas que constituiu nova uma experiência e novas expectativas em relação ao papel do Estado enquanto elemento activo. As Nações começaram a ter aqui um poder de intervir de forma mais directa na definição de políticas e estratégicas para os seus países. A 1ª Guerra inaugurou também um novo tipo de guerra. Mais violenta e que teria maiores consequências na vida social e económica dos cidadãos civis, para além dos soldados mobilizados para o combate. A mobilização militar já não era a única preocupação na preparação para um conflito armado: era necessário também criar medidas para assegurar o funcionamento da sociedade mesmo em tempo de guerra, com uma extrema mobilização (também da população que ficava nas cidades com o aumento da participação das mulheres e crianças nas fábricas para assegurar o fornecimento de materiais para o esforço de guerra), duração e maior habilidade tecnológica.

⁵ Pires, Ana Paula, 2011, *Portugal e a 1ª Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

O aumento da intervenção do Estado afectou assim de forma brutal os indivíduos e de várias formas. Houve um maior controlo a nível de leis e horários de estabelecimentos (muitos bares e locais de entretenimento começaram a fechar às 22.30), controlo de bebidas alcoólicas, controlo dos alimentos e materiais consumidos com países a adoptarem o racionamento, e ainda, a guerra trouxe a imposição do serviço militar. Contudo, apesar de existir uma maior regulação na vida dos indivíduos, existem benefícios em mudar as políticas governamentais para que o Estado tenha novos recursos e controlo sobre serviços que estavam sobre a alçada de organizações de caridade e protecção social.

“Prior to the war, British labor had been particularly suspicious of state welfare provision, cherishing the self-help mechanisms of the friendly and co-operative societies and demanding of the state only the right to work for adequate wages”⁶. A tradição de organizações voluntárias e de auto-ajuda continuaram a ser evidentes. Foram criadas comissões de protecção a favor dos mutilados de guerra e ajuda de protecção das famílias dos combatentes. Alguns subsídios provinham do Estado, outras ajudas como roupa, comida entre outros estariam a cargo de associações como a Cruzada das Mulheres Portuguesas criada em 1916 por Alzira Machado Dantas, para dar apoio aos militares mobilizados e às suas famílias – apoios prestados por um conjunto de sócias que receberam da parte de médicos especialistas formação em enfermagem (vários destes cursos faziam parte do programa da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas para dar à mulher uma profissão e já haviam sido utilizados como apoio aquando das incursões monárquicas), colocando os seus conhecimentos ao serviço do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra.

A intervenção do Estado na economia e sociedade o chamado processo de “welfare state” teve consequências até depois do fim da guerra. Os cupões de racionamento em Inglaterra expiraram em 1919 e os controlos sobre os alimentos terminaram em 1920. Os controlos sobre as rendas foram continuados tal como alguns benefícios a nível da saúde, desemprego e velhice embora com pensões mais baixas do que o custo de vida geral. Este princípio de ajuda sem contribuição foi incorporado na “Unemployment Insurance Act” em 1920. Alguns trabalhadores (sectores da agricultura e munições) tinham até um salário mínimo que depois da guerra, no entanto foi abolido. Estavam também previstos subsídios para a compra de casas mais baratas devido aos

⁶ Becket, Ian, 2007, *The Great War*, London, Pearson Longman, p. 383

trabalhadores que tinham chegado às cidades para trabalhar nas indústrias de guerra, existindo ainda projectos de planeamento habitacional que foram adiados devido às dificuldades económicas de 1921. Surgiram planos para o Ministério da Saúde que apesar de terem prosseguido não obtiveram um controlo a nível de inspecções e controlo de saúde (sanitário), ou mesmo acções de entusiasmo por parte das autoridades.

Houve alguma legislação nas questões do transporte, aquisição de terras, electricidade e indústria contudo foi menos do que a pretendida. A reconstrução terminou em 1921, sendo que o próprio termo de reconstrução tinha várias interpretações: para alguns significava a restauração da vida e status anteriores à guerra. Para outros significava uma reconstrução que iria incluir novos equipamentos e legislação.

Em França os decretos e leis da guerra foram extintos em Outubro de 1919. Houve um novo acordo de planeamento habitacional em 1922, sendo que os fundos criados antes da guerra para o desemprego e famílias passaram a ser permanentes. O ministério de Higiene e Assistência Social e Protecção foi criado em 1920, contudo não existiu um sistema de segurança social nacional até aos anos 30. O Estado Francês procurou diminuir o controlo sobre o estado social que acabou mais tarde, com a crise dos anos 30 de voltar a exercer, assim como com o aproximar da 2ª Guerra Mundial. Nos EUA poucas agências e empresas do tempo de guerra sobreviveram, estando esta situação também relacionada com a tardia participação na guerra desta país o que resultou numa menor pressão para mudanças mais substanciais na sociedade.

“Generally, the war resulted in advances in mothers’ allowances for dependent children, introduced in 39 countries by 1919, workmen’s compensation and private pension schemes. There were post-war housing legislation in Austria, Belgium and the new Czechoslovakia; and social insurance legislation in Austria, Bulgaria, Czechoslovakia and the new Yugoslavia. Clearly, therefore, the war had changed concepts of the role of the state within society, although similar advances were also made in countries which had remained neutral such as Sweden and Switzerland”⁷

Podemos concluir por aqui que a guerra que foi vivida entre 1914 e 1918 não se pode separar da sociedade civil, existindo uma relação intrínseca entre ambas. A guerra

⁷ Becket, Ian, 2007, *The Great War*, London, Pearson Longman, p. 392

traz também um grande impacto dentro das relações entre homens, mulheres, velhos e novos. As sociedades não são uniformes no seu desenvolvimento, sendo então que o efeito da guerra vai variar consoante a sua intensidade e experiência de guerra.

As questões da vida e da morte mudaram o próprio rumo da consciência de guerra. Esta trouxe uma imensa mortalidade a curto prazo, contudo a longo prazo a guerra não trouxe mudanças substanciais no quadro demográfico dos vários países, “indeed the war cut across demographic trends in complicated ways, when some atates such as France were experiencng a declining birth rate before the war and others population growth”.⁸

É complicado perceber os números totais das perdas de Guerra com um número de mortes militares que se encontram entre 9 a 10 milhões em todo o mundo em média:

Rússia	1, 459
Alemanha	1, 303
França	890
Grã-Bretanha	457

Estes são valores de dia-a-dia. Apesar de na 2ª Guerra Mundial as perdas em geral terem sido maiores, só a Rússia teve mais mortes a nível quotidiano na 2ª Guerra Mundial. Para a contagem dos mortos de guerra é preciso também ter em consideração as mortes que ocorreram durante a guerra, mas que não estavam directamente relacionados com ela, como as mortes pela chamada “gripe espanhola”⁹:

⁸ Becket, Ian, 2007, *The Great War*, London, Pearson Longman, p. 438

⁹ Tabelas realizadas através dos dados recolhidos em BECKETT, Ian, 2007, *The Great War*, Pearson Longman, London.

América	675,000
França	166,000
Grã-Bretanha	228,000
Alemanha	174,000
África	1,000

As perdas de guerra na Inglaterra foram menores do que as perdas de pessoas para a emigração para o Império entre 1911 e 1914. Houve ainda uma melhoria nas condições de sobrevivência entre os trabalhadores manuais e homens fora da idade militar.

Países	Números Mortos	% mobilizados	% população
França	1,3 Milhões	16,8	13,3
Alemanha	2 Milhões	15,4	12,5
Sérvia	-	37,1	22,7
Grã-Bretanha	722,000	11,8	6,3

A saúde das mulheres melhorou, apesar do aumento dos casos de tuberculose: migração para centros urbanos com a deterioração das condições habitacionais devido à intensa população. A mortalidade infantil também diminuiu. Ocorreram melhorias na nutrição de mães e crianças, melhorias no bem-estar e cuidados médicos para as mães e crianças e ainda aumento do rendimento familiar: em geral a classe trabalhadora britânica estava mais bem alimentada e vestida durante a guerra.

“Even the acute housing shortage, by compelling children to remain with their mothers and thus keeping the size of households large, contributed to greater income for individual households and thus to the overall improvement in the living standards. State liquor control also had its effect through lowering the incidence of neglect from parental alcoholism. Rationing may also have improved diets in some cases”¹⁰. O conceito de pobreza também se alterou com o resultado das expectativas de Guerra.

A guerra não alterou substancialmente as tendências demográficas. Houve um aumento dos casamentos no início e no fim da guerra embora as taxas de nascimento não tenham crescido. Houve até um impacto positivo na saúde pública na Grã-Bretanha e na França, um impacto negativo na Bélgica e Alemanha (A Suíça sendo um país neutral não demonstrou qualquer efeito de mudança na saúde pública devido á guerra).

Em França, a esperança de vida manteve-se após 1918, como se não tivesse ocorrido qualquer distúrbio. O casamento também aumentou com as mulheres a casarem mais cedo e com homens também mais novos. A taxa de natalidade continuou na sua trajectória de declínio que já era posterior á guerra (em 1920 o número de nascimentos aumentou tal como em 1921 com a campanha para a proibição das campanhas sobre abortos e contracepção).

O impacto da guerra foi sofrido a longo prazo com mais alcance nas viúvas e órfãos, e feridos. Foram garantidas pensões pelo Estado Britânico que chegavam a 192,000 viúvas; 344,000 crianças e 1,1 milhões de pensões foram dadas a feridos de guerra (amputações, doenças como epilepsia, tuberculose) que ainda estavam em vigor em 1940 ou até me 1980.

¹⁰ Becket, Ian, 2007, *The Great War*, London, Pearson Longman, p. 441

Situação Inglesa

A 1ª Guerra mundial transformou a economia britânica, tendo um impacto significativo no seu crescimento e desenvolvimento. Em Agosto de 1914 nenhum país tinha a percepção do tempo que a guerra iria demorar, nem dos sacrifícios que seriam necessários para a manter (número de mortos e o desequilíbrio das finanças nacionais e formas de organização). Há medida que a guerra continuava, nascia uma tensão entre o desejo inicial de se manter as estratégias económicas normais ou se seria necessária uma cooperação mais activa do Estado.

Stephen Broadberry and Peter Howlett analisam em “The United Kingdom during World War I: business as usual?” os aspectos económicos da mobilização durante o tempo de Guerra e as implicações desta no Estado e negócios da Grã-Bretanha.

A escala de mobilização para a guerra foi aumentando gradualmente até ao pico em 1917 o que resultou num esforço produtivo em todas as partes da economia desde serviços à agricultura, tal como munições e outras indústrias.

Apesar do aumento substancial de taxas e impostos, a mobilização foi financiada por empréstimos acompanhados por uma inflação da reserva do dinheiro. O deficit externo foi evitado devido ao poder de recuperação dos ganhos invisíveis enquanto o capital de vendas dos investimentos estrangeiros e uma redução dos empréstimos ao estrangeiro permitindo ao governo auxiliar os seus aliados. A Grã-Bretanha ganhou por não ter desde o início controlado a economia – o Estado preferiu uma acção gradual, contudo a 1ª Guerra teve um significado negativo a longo prazo. A Grã-Bretanha perdeu 11% do seu capital (incluído o humano) se compararmos com a riqueza do pré-guerra.

Apesar do aumento de mulheres empregadas nas fábricas, estes números não foram muito importantes no efeito a longo prazo da emancipação trabalhadora feminina. A economia britânica contribuiu bastante para o esforço aliado: há que perceber quão desenvolvida estava a Inglaterra – apesar de existir um maior nível de produção por empregado na economia britânica, a indústria alemã era superior. A vantagem britânica veio da grande produtividade do trabalho na agricultura e serviços.

O aumento na despesa do governo fez-se através dos consumidores. O Reino Unido era um país relativamente rico em 1913 devotando cerca de 40% da sua produção nacional para a Guerra o que resultou num formidável esforço de guerra, contudo estava dependente da importação de comida.

Em tempo de guerra, a economia tinha de mudar. O Estado começou a intervir nos mercados sendo que a guerra estava a começar a interiorizar-se nas práticas económicas normais. O aumento do controlo do Estado dentro da economia foi geralmente lento, apesar dos caminhos-de-ferro terem sido logo colocados dentro do controlo do Estado.

As despesas a ter com a guerra foram subestimadas: a rápida expansão das forças armadas tornou-se ao início, uma dificuldade com a qual não esperavam pois nunca houve a intenção de tomar o controlo geral da economia. Foi criado o “Ministério das Munições” a 9 de Junho de 1915 com a contratação de homens de negócios proeminentes para o gerirem o que diminui o golpe no sector privado. O Estado construiu as suas próprias fábricas como “National Shell Factories” e comprou várias outras: caminhos-de-ferro, fábricas de carvão, farinhas.

Este tornou-se assim o maior comprador de materiais importantes para a subsistências como o açúcar ou carne, com a intenção de fixar preços para evitar e restringir a especulação em tempo de guerra. As políticas nas áreas da comida eram controversas com a expansão gradual do controlo do Estado na produção e importação dos alimentos (no fim da guerra o “Ministério da Comida” era responsável por 85% da comida), sendo que o racionamento apenas foi imposto em 1918.

A Paz

A paz teve um significado destrutivo em Paris. A França e a Itália querem destruir o que resta da Alemanha e da Áustria-Hungria, convidando assim à sua própria destruição devido à ligação intrínseca existente entre os vários países não apenas geograficamente, como também através de laços económicos e psicológicos: “so deeply and inextricably intertwined with their victims by hidden psychic and economic bonds”.¹¹ As decisões que surgiram do Tratado de Versalhes traziam pesadas consequências para o futuro da sociedade europeia e mundial. Portugal viu o seu papel na conferência de paz, algo desejado por Afonso Costa logo no início na guerra como um marco na história da República e uma forma de vitória e consolidação do novo regime.

A Conferência de Paz

A conferência de paz procurava restabelecer a vida e curar feridas. A liderança na conferência foi detida pelos Franceses, no sentido em que foram eles que propuseram as mais definitivas e extremas propostas, com Clemenceau a ter extrema importância nas negociações. Ele acreditava que os alemães só conseguiam entender os discursos se estes fossem intimidatórios. O Presidente Wilson saiu de Washington com um grande prestígio e influência moral – Presidente dos EUA visto como um salvador que estava não só a providenciar/fornecer os mantimentos mas também seriam estes (EUA) que iriam assistir a Europa para esta não cair na banca rota, nem cair num estado de fome extrema. Contudo este não conseguiu impor as medidas de igualdade que pretendia, deixando-se levar pelas decisões da França e Grã-Bretanha.

Antes da guerra Franco-Alemã ambos os países eram relativamente iguais. Contudo em 1914 as discrepâncias eram grandes com a Alemanha a crescer em termos

¹¹ Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe, p.5

de população, indústria, exportação e importação. A França pelo contrário estava em declínio em termos de população e de produção de riqueza.

Uma paz igualitária para todos tinha como efeito (para Clemenceau e os franceses) encurtar o intervalo da recuperação alemã que iria então conseguir de novo ultrapassar a França, com recursos superiores e técnicas mais avançadas. O objectivo era desfazer tudo o que a Alemanha tinha conseguido desde 1870: perda de território levou à perda da população; perda de um sistema económico do qual dependia: fábricas de ferro, carvão e transporte.

Em Portugal o fim da guerra trouxe a esperança de uma melhoria nas condições de vida e falta da fome. Para os governantes trouxe também a esperança de que Portugal fosse ouvido e recebido na Europa como um país activo e importante para as conversações de paz, que sofreu as negruras do conflito, algo que acabou por não acontecer.

A Europa depois do Tratado

O tratado não inclui medidas para a reabilitação económica da Europa: nada para uma melhor cooperação entre os países da Europa nem mesmo entre os aliados, ou formas para estabilizar os novos Estados da Europa. O Conselho dos Quatro que se reuniu durante as Conferências de Paz (incluía o Presidente Wilson dos Estados Unidos da América; David Lloyd George da Grã-Bretanha; Vittorio Orlando de Itália e Georges Clemenceau de França), estava preocupado com outros assuntos relacionados com os seus próprios países. Clemenceau em França pretendia acabar com a vida económica da Alemanha, a sua inimiga. Lloyd George pretendia fazer acordos que fossem benéficos para a Inglaterra, e o Presidente Wilson procura uma solução justa mas que não vá contra os interesses dos seus pares.

Na altura mais fundamental e difícil por que a Europa passava, como a fome e desintegração económica, não se conseguia encontrar um acordo. A reparação era o seu principal objectivo e a sua única preocupação a nível económico. Procuravam resolvê-lo a nível de teologia, de política, de todos os pontos de vista excepto daqueles que mais sofreriam as consequências: “except that of the economic future of the states whose destiny they were handling”.¹²

A Europa consiste num agregado denso de população, que está habituada a uma qualidade de vida boa e minimamente segura. Esta não é auto-suficiente especialmente no que toca á alimentação. A população não está igualmente distribuída, estando muitas vezes concentrada em centros industriais. A população baseava o seu ganho e vida em redor de uma organização cujas fundações eram suportadas pelo carvão, ferro, transportes e importação de comida e matérias-primas vindas de outros continentes. Com a guerra esta organização é interrompida com o grave problema da queda de importações de outros continentes.

Parte da população está assim desprovida dos seus meios de sobrevivência, sendo que a emigração deixa de ser uma solução pois a guerra é total. “The danger confronting us, therefore, is the rapid depression of the standard of life of the European

¹² Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe, p. 108

populations to a point which will mean actual starvation for some (...) Men will not always die quietly”¹³. A instabilidade e carência tanto podem levar a uma espécie de dormência como a situações de histeria e desespero.

A Alemanha estaria, no fim da guerra condenada a uma vida difícil: antes da guerra tinha convertido a sua economia agrícola para uma industrial. Contudo após 1918 e com os Tratados de 1919 esta ficava reduzida a quase ou nenhuma indústria (regressando ao nível industrial anterior á guerra), perdeu as colónias e os investimentos e mercados estrangeiros. Com uma frágil capacidade de importação e exportação, a possibilidade de satisfazer as necessidades da população são diminutas. A emigração torna-se complicada devida á má imagem da Alemanha na europa e no mundo.

Esta foi após Versalhes, severamente castigada com a perda de território (especialmente em benefício da Polónia), foi responsabilizada pela Guerra o que lhe valeu o pagamento das reparações dos canos que tinham causado às populações (com especial atenção para a França), criando um ressentimento generalizado em relação aos “vencedores”.

A situação da europa pode-se resumir em três pontos essenciais: falha na produtividade interna da Europa; queda dos transportes e trocas comerciais; a Europa não consegue comprar as suas provisões a nível continental. A queda na produtividade pode ter várias origens: prolongado tempo de desordem interna em alguns países (como Rússia, Hungria); criação de novos países e governos sem experiência governativa (polónia e Checoslováquia); perda de vidas para o trabalho de vido á guerra e mobilização que dela advém; exaustão do solo e das próprias populações. A produção de carvão na europa caiu cerca de 30% do qual dependem grande parte das indústrias e transportes europeus. Antes da guerra a Alemanha produzia cerca de 85% do total de alimentos consumidos, sendo que após a guerra a produtividade dos seus solos ficou reduzida a 40%. A Alemanha não é única a ter dificuldades, sendo que a Rússia, Polónia, Roménia e Hungria também passam por dificuldades sérias na produção e distribuição de alimentos tal como na administração interna.

¹³ Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe, p. 109

A Europa é após a Guerra, um continente com uma população capaz de viver através da sua própria produção agrícola, mas que contudo não consegue produzir o suficiente para as cidades e sem os incentivos normais em relação ao mercado: “an industrial population unable to keep its strenght for lack of food, unable to earn a livelihood for lack of materials, and so unable to make good by imports from abroad the failure of productivity at home.”¹⁴

A moeda é também um problema devido á extrema desvalorização que lhe é imposta, especialmente em países como a Alemanha e a Rússia. “The preservation of a spurious value for the currency, by the force of law expressed in the regulation of prices, contains in itself, however, the seeds of final economic decay, and soon dries up the sources of ultimate supply.”¹⁵

Existem três obstáculos para o reavivamento das trocas: não existe um ajustamento entre os preços internos de cada país e os preços internacionais; existe ainda uma falta de crédito individual para assegurar o capital e recomeçar o ciclo de trocas; o sistema de trocas encontra-se sem qualquer ordem o que dificulta o comércio e as operações de crédito.

¹⁴ Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe, p. 112

¹⁵ *Idem*, p.114

III. A Situação Portuguesa

Como já foi afirmado anteriormente, a 1ª Guerra Mundial trouxe ao Estado um papel intervencionista na economia mesmo em Portugal. A longa duração da guerra pedia uma maior preocupação com o fomento e desenvolvimento da indústria, agricultura, transportes, mantimentos: a mobilização de tropas para a guerra e o seu envio não era suficiente para defender o país das consequências da guerra.

Portugal tinha no entanto muitas limitações a nível da produção nacional, o que levava a dependência externa de subsistências essenciais (como trigo, bacalhau, batatas), combustíveis e transportes a chegar a níveis desesperantes, especialmente em tempo de guerra. O esforço da mobilização e mantimento de forças em combate combinado com o esforço de subsistência no país levaram a situações extremas de falta de alimentos e encerramento de fábricas por falta de materiais.

Foram criados vários organismos para regular e planificar a economia, contudo estes tinham dificuldade em passar as medidas redigidas a acções activas na sociedade. Dois dos primeiros organismos que foram criados são a Comissão de Subsistências em Agosto de 1914, a que competia analisar e fornecer produtos alimentares essenciais; e ainda as Bolsas de Mercadorias de Lisboa e Porto criadas no mesmo mês de 1914. Foram criados os Armazéns Gerais Industriais, criados nas cidades de Lisboa e de Setúbal e que com o passar do tempo surgiram também noutros pontos do país. Apenas em 1916 foi criado um organismo que organizasse a economia de guerra que era articulado com as Finanças, o Ministério do Fomento.

Com o avançar da guerra a crise tornou-se incontrolável. Foram pedidas várias respostas para os problemas que começaram a surgir com o início do conflito bélico: foi pedida a proibição da exportação de carvão, toros de pinho, géneros alimentícios e gados devido à falta que se fazia sentir cada vez mais; a fixação dos preços destinados à alimentação; combate ao açambarcamento de géneros alimentícios e de gados; e ainda a determinação das penalidades a aplicar.

Algumas medidas foram tomadas logo a 3 de Agosto de 1914, como a punição de todos os crimes relacionados com a circulação, aceitação e ágio da moeda com curso

legal no território da República; condenação do açambarcamento e ainda sanção para a alteração dos preços.

Apesar destas medidas a República não conseguia resolver as dificuldades económicas e financeiras que já vinham da monarquia, levando a uma degradação das condições de vida, e a um maior clima de conflitualidade e descontentamento. As greves aumentaram assim como o açambarcamento de bens e assaltos a armazéns e lojas que culminaram com as Revoltas da Batata em 1917. As desigualdades sociais e económicas aumentaram desde o início da guerra devido ao aumento da carestia de vida (aumento dos preços de primeira necessidade, dificuldade em obter esses bens, aumento do custo de vida, aumento da circulação fiduciária) que era reforçado pelo crescer do mercado negro.

Já “no final de 1914, sabia-se de antemão estarem quase esgotados os *stocks* de açúcar e batatas na capital, circunstância que, no caso do açúcar, era ainda agravada pelo (...) *facto de alguns comerciantes não o terem à venda, devido aos armazenistas (...) declararem não terem para revenda*. O Governador Civil de Lisboa percebeu rapidamente a importância e os contornos que rodeavam esta situação, conforme apontou, aliás, nos ofícios dirigidos ao Director Geral da Administração Política e Civil, informando-o dos *grandes transtornos* causados, sobretudo para as classes trabalhadoras”¹⁶

Por todo o país se viam os aspectos mais aflitivos da crise, especialmente a fome. “Em Portugal, onde a transição de uma sociedade de Antigo Regime para uma sociedade industrializada foi intercalada por profundos conflitos sociais cerceadores e por uma limitativa dependência externa, a lentidão da transformação, os seus bloqueamentos e distorções, contribuíram para acentuar a desigualdade social característica deste processo histórico nos séculos XVIII e XIX”¹⁷.

O movimento operário começa a dar os seus primeiros passos, multiplicando-se as lutas contra a carestia de vida (salários, preços, condições de vida, horários de trabalho). Progressivamente, o mercado colonial virá a substituir, em parte, os mercados europeus: o desenvolvimento económico após a crise de 1890-1891 terá como eixo a

¹⁶ Pires, Ana Paula, 2011, *Portugal e a 1ª Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p. 102

¹⁷ Pereira, Miriam Halpern, 1979, *Política e Economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Horizonte, p. 73

expansão colonial – contudo apenas certos ramos agrícolas e industriais conseguem desenvolver-se (viticultura e indústria algodoeira). O escoamento de outras actividades económicas que eram prósperas e que perderão com o fim do interesse dos mercados estrangeiros mantém-se (criação de gado, viticultura do douro, horticultura e viticultura).

O movimento de greves entre 1910 e 1922, não conseguiu atenuar o desfazamento entre salários e custo de vida, sendo que o imposto sobre o consumo em Lisboa era particularmente pesado. O peixe salgado, mais acessível que a carne constituía a principal fonte de proteínas, que mesmo assim tinha um escarço consumo. “A alimentação das classes trabalhadoras era, pois, geralmente pouco variada e situava-se no limite do indispensável (...) A alimentação absorvia naturalmente uma larga parte das disponibilidades monetárias dos jornaleiros e artesãos que, na sua esmagadora maioria, eram integralmente pagos em espécies”.¹⁸

Há que ter em conta, como explica Pedro Lains que “A economia portuguesa cresceu, se bem que lentamente, entre 1851 e 1913, mas sem sofrer importantes transformações estruturais”¹⁹. Ou seja, apesar do crescimento económico (industrial de cerca de 2.5% e agrícola de 1%), Portugal encontrava-se á porta da 1ª Guerra Mundial, sem uma indústria ou agricultura modernas ou desenvolvidas, continuando a sofrer com problemas de transportes, matérias-primas e transformação das mesmas juntando-se ainda aos problemas económicos e comerciais, o caos político que por vezes se verificava durante os governos da 1ª República.

¹⁸ Pereira, Miriam Halpern, 1979, *Política e Economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Horizonte, p. 89

¹⁹ Lains, Pedro, 1995, *A economia portuguesa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

IV. Debates e conflitos

“Em nome da Nação o Congresso da Republica decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo único – É o poder executivo autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como a julgar necessária aos nossos altos interesses e deveres de Nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim as providências extraordinárias que as circunstâncias do momento reclamam.

Os ministros de todas as repartições a façam imprimir, publicar e correr.”

Ministério do Interior, 24 de Novembro de 1914 (colocar cota)

Estalava assim o debate em relação á participação na guerra. A participação portuguesa no conflito foi alvo de debate logo em 1912 e nunca foi um assunto com decisões unânimes. O debate colocou os intervencionistas (maioritariamente membros do Partido Democrático) contra os anti intervencionistas (unionistas, movimento operário, anarquistas).

Com o início da guerra, os democráticos colocaram-se rapidamente do lado dos aliados, considerando o conflito bélico uma forma de mobilizar a população em torno da república e de um sentimento nacional. Contudo a maioria do exército e grande parte dos partidos políticos não achava prudente a participação de Portugal na guerra da Flandres, considerando mais importante a defesa das colónias. Os debates em volta desta questão levava a uma “procura de governos unitários e as falhas ao nível da intransigência foram delineando a futura ruptura interna do Partido Democrático e a aparição de grupos de acção autónomos que se opunham à burocracia do partido.”²⁰

Com a ameaça da conflagração no período anterior à 1ª Guerra Mundial ocorreu um reforço dos exércitos e polícia nacionais, com o objectivo de reprimir e substituir os

²⁰ Cerezales, Diego Palacios, 2011, *Portugal á Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, p. 236

trabalhadores que realizavam greves ou paralisações. Para a classe operária a ameaça da guerra constituía principalmente uma manobra da burguesia para conservar o seu domínio e não uma ameaça real e concreta, sendo que a resposta escolhida para este problema seria a greve.

Perante o incremento de uma propaganda militarista por parte da República (o governo de Afonso Costa tomou a posição aliada bastante cedo no conflito), os sindicalistas preparam a classe para mais uma batalha com o instrumento principal das greves. A orientação principal do movimento era deixar claro que o povo que trabalha (seja qual for a área de trabalho e país de residência) não deseja uma guerra, mas sim boas condições de trabalho e de vida.

A grande preocupação das classes trabalhadoras é a carestia de vida e a degradação progressiva e cada vez mais grave das condições de subsistência e trabalho (os jornais *o sindicalista*, *o operário*, *a vanguarda* alertam para o aumento da carestia de vida e a dificuldade de obter pão). As manifestações contra a guerra eram diminutas, sendo que os trabalhadores só se manifestavam se fossem estimulados pelos dirigentes ou militantes mais revolucionários, que apesar dos esforços não receberam uma grande resposta por parte dos trabalhadores. Segundo o *Sindicalista* no fim de 1912 surgiam algumas reuniões de protesto, com comícios no Porto, Lisboa, Évora e Setúbal. O Partido Socialista Português começou por seguir a orientação Internacional Socialista, aproveitando o início da guerra imperialista para a revolução internacional operária.

A ameaça de guerra e a cada vez mais divulgada necessidade de uma unidade nacional constituiu um pretexto aos governos republicanos para comprimir o movimento sindical, que em 1914 já tinha conseguido de certa forma a sua reunificação. Com o aumento da perseguição às acções sindicalistas (aumento da censura e repressão), não se registaram posteriormente muitos mais movimentos detectáveis, tendo sido inclusivamente suspensa grande parte da imprensa operária. O patriotismo militarista que fez sempre parte do ideário republicano foi nesta altura levado ao extremo, sendo que desde 1912, o antimilitarismo foi considerado antipatriótico, sendo os seus defensores perseguidos e castigados.

A luta ao antimilitarismo começava com a Lei da Propaganda Tendenciosa ou Subversiva que referia que “aquele que por qualquer meio de propaganda verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares, ou ao cometimento de actos

atentatórios da dignidade, integridade e independência da Pátria”.²¹ Esta medida levou a um decréscimo de jornais operários especialmente nos anos da guerra, com um declínio mais acentuado no ano que Portugal entrou activamente na guerra em 1916 e em 1918.

Uma das alterações mais significativas do regresso dos Democráticos ao poder no final de Novembro de 1915, após o governo de Pimenta de Castro, foi sem dúvida o reforço da política de defesa do Estado, tanto nas vertentes políticas e militar, como também na vertente económica. Para Afonso Costa, tinha ganho nova importância a necessidade de se criar uma atmosfera da tranquilidade e confiança capaz de salvaguardar os interesses da República num cenário cada vez mais real e eminente da participação de Portugal no cenário de guerra. Era estritamente necessário assegurar o abastecimento dos principais centros urbanos, pois começavam a ser recorrentes os relatos de situações de abuso de poder – ocorridas sobretudo no interior do País – e onde era clara a intenção de impedir a saída de géneros de primeira necessidade.

Foi criado o “Serviço de Informações” para evitar a propaganda antiguerrista, e foi ainda constituída a ‘União Sagrada’ um governo que unia democráticos e evolucionistas com o objectivo de dar um carácter uno e nacional á intervenção no conflito bélico europeu. A propaganda republicana em redor da guerra crescia, veja-se a revista “Portugal na Guerra” editada entre Junho a Novembro de 1917 com o propósito de demonstrar o trabalho português na Flandres, com artigos dedicados á vida nas trincheiras, á coragem e força das tropas portuguesas e ao reconhecimento por parte das tropas inglesas e francesas pela participação portuguesa. O jornal republicano “A Capital” enfatizava também o papel fundamental da acção portuguesa para apoiar a aliada Inglesa caso esta necessitasse da sua ajuda. Em vários números do mês de Agosto eram visíveis quadros e imagens comparando o número de forças da Aliança e da Entente, deixando claro que apesar da Alemanha e da Áustria mostrarem ter uma força elevada, não se compara de todo á Inglesa (ver imagem I do anexo).

²¹ Pereira, Joana, 2011, *Sindicalismo Revolucionário. A História de uma ideia*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p. 79.

Neste contexto, há também que equacionar as contestações deste movimento operário enfraquecido mas que, apoiando-se no argumento reivindicativo suscitado com a Guerra, lentamente se foi reorganizando e estruturando novas formas e estratégias de combate, quase sempre sob o olhar atento e repressivo do poder político. Não é por isso de estranhar que a estratégia sindical, se tenha então ficado pelas lutas parciais, reivindicando-se o aumento dos salários, o fim do desemprego, o que levou o Governo a resolver violentamente o problema. As coisas começaram a correr menos bem com o início dos açambarcamentos e assaltos que alastrou para todo o país.

O grande confronto com a entrada de Portugal na guerra dava-se então entre os intervencionistas e os anti intervencionistas. Os argumentos dos primeiros centravam-se pois, na situação externa do país (manter a aliança com a Inglaterra e quebraria o isolamento de Portugal), estando dispostos a sacrificar os já débeis recursos do país. Os defensores desta orientação eram os Republicanos Democráticos. Os anti intervencionistas eram constituídos por grande parte dos monárquicos, pelos republicanos unionistas, por sectores do exército, e pela grande maioria do país.

Foram também vários comícios organizados com a pretensão de serem politicamente imparciais com o objectivo de mostrar o perigo da intervenção portuguesa logo no mês de Agosto de 1914. Estes eram realizados em sedes de associações ou mesmo em ruas lisboetas mas eram na sua maioria encerrados mais cedo do que o previsto devido às divergentes opiniões que levavam a pequenos conflitos que eram depois encerrados pela polícia.

Podemos ver então que quando surgiu a oportunidade possível e premente de uma possível intervenção portuguesa no conflito mundial, as opiniões dividiram-se (mesmo dentro dos partidos políticos), fazendo com que muitos socialistas e anarquistas se contradissem e dividissem no momento que em surgia de facto a questão da participação de facto na guerra. Surgiam como justificações á participação no conflito a aliança com a Inglaterra, a defesa das colónias, e o dever para com a Europa. Apesar da divisão, a maioria da imprensa anarquista a intervenção na guerra é altamente criticada. Esta considera a guerra, (e no seguimento de ideia principal que surgiu logo em 1912) uma “mistificação para os trabalhadores que nada de comum com a burguesia têm a defender, devendo ao contrário tentar impedir inúteis derramamentos de sangue pela greve de reservistas e a paralisação geral do trabalho” (Pereira 2011:94).

Em 1912 o movimento operário com as suas três ramificações (sindicalistas, anarquistas, socialistas), estava unido na ideia do não intervencionismo português. Contudo com a aproximação real do conflito as opiniões do movimento operário diluíram-se. Os socialistas após a tentativa de unificação do movimento (congresso de Tomar de 1914) perderam parte da sua importância; os sindicalistas dividiram-se fortemente nas duas correntes (contra a guerra e “guerra à guerra”); os anarquistas são aqueles que apesar de algumas divisões, se mantiveram em geral contra a intervenção na guerra.

Apesar dos socialistas se terem dissipado deixaram bem clara a sua posição dentro do teatro do conflito europeu. Planeando para dia 1 de Agosto de 1914 um protesto contra a guerra que partiria pelas 21h da Praça Luís de Camões e que passaria pelas Ruas Garret, Rua Augusta e Praça do Comércio até ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. A mensagem era clara como indica a carta que iriam entregar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e que seguiu como anexo para o Governo Civil de Lisboa²²:

“O período histórico que atravessamos, em que sobre a Europa paira a ameaça d’essa emflagração geral, é para nós todos os trabalhadores, para nós salarizados, em extremo difícil.

A guerra é uma ameaça constante aos interesses dos trabalhadores e representa um estorvo á marcha progressiva da Humanidade, ao progresso e ao desenvolvimento dos povos. Por onde passam os grandes exércitos na sua fúria devastadora: a morte deixa profanados sulcos.

Nós, socialistas, somos inimigos da guerra. Em todos os nossos congressos regionais, nacionais ou internacionais, nós afirmamos sempre, como em dogma a necessidade, a todo o homem, de manter a paz entre os povos. Em todos esses congressos e na nossa imprensa nós estigmatizamos sempre a guerra e condenamos essas hetacombes que deixam os campos cobertos de cadáveres, os mares manchados de sangue, as cidades devastadas pela metralha.

Assim, ao protesto que os socialistas em todo o mundo ecoa, nós nos associamos. E junto a V. Exa que sobraça a pasta dos estrangeiros, trazemos em nome

²² Governo Civil de Lisboa, Correspondência Recebida de 1914 cota actual Pt. 91

dos socialistas portugueses e de todo o operariado que nos trouxe um equilíbrio, o nosso protesto contra a guerra, e a afirmação clara e preciosa de que os povos só podem caminhar, progredir e desenvolver-se pela paz, que é hoje a explicação universal de todos que estudam, de todos que pensam, de todos que se consagram ao bem da humanidade.”

Apesar de todas estas divisões surgiu um movimento antiguerrista, que funcionou através de propaganda em jornais, (que após a lei da propaganda tendenciosa foram maioritariamente extintos), através de greves ou de mobilizações, sendo ainda realizados alguns colóquios. Contudo a campanha contra a guerra diluiu-se com as preocupações em relação á carestia de vida, abastecimentos, problemas com doenças e problemas de higiene a nível nacional. A campanha antiguerra desenvolvida pelo movimento operário teve vários percalços ao longo do período da guerra, passando pelo próprio desequilíbrio das suas forças, á forte pressão e repressão do Estado. Por outro lado o debate de entrada na guerra, foi um pouco relegado para segundo plano quando a carestia de vida alcançou valores até então nunca atingidos. Esta passou então a ser a prioridade, nunca esquecendo que esta foi apropriada pelos movimentos antiguerristas, sendo apresentada como consequência directa da entrada de Portugal na Guerra.

Apesar dos debates ocorridos dentro das elites no parlamento e dentro das unidades operárias, a principal preocupação do cidadão comum seria assim a sua sobrevivência e qualidade de vida.

A direcção do movimento antiguerra caberia assim aos anarquistas, pois o partido socialista não conseguia ter uma acção organizada e democrática entre todos. Esta propaganda acentua-se em 1914 com o início da guerra na Europa. O movimento contra a guerra intensificar-se-ia em Portugal em 1916, depois da entrada de Portugal, sendo que a propaganda republicana não foi eficaz a suscitar o interesse pela guerra. Jaime Cortesão ressalva esta mesma ideia, considerando que o governo republicano falhou grandemente na propaganda do esforço de guerra, deixando que o entusiasmo inicial se fosse diluindo e outras ideias florescendo. As próprias tropas mesmo que fossem entusiasmadas para a guerra perdiam-na logo devido às más condições do transporte das tropas, mau alojamento e falta de organização do espaço e alimentos. A guerra das trincheiras e a desmoralização das tropas por falta de apoio levou á deserção de muitos soldados.

O movimento contra a carestia de vida passa também por algo mais do que as greves: os assaltos aos estabelecimentos de víveres e mantimentos que constituíram uma resposta à especulação e açambarcamento dos alimentos, com início em Setembro de 1914. Embora alguns destes assaltos fossem espontâneos, outros tinham claramente sido organizados e dirigidos a nível nacional.

O primeiro destes movimentos a nível nacional surge em Janeiro de 1916 com uma vaga de assaltos em Lisboa que levam à utilização de bombas e a confrontos violentos com a polícia. O movimento ocorre também na província onde em muitos casos os administradores do concelho são presos e onde de seguida se distribuem grandes quantidades de mantimentos que haviam sido açambarcados.

Estes assaltos têm a característica importante de não se limitarem somente ao proletariado das cidades e do Alentejo mas abrange também a camada inferior da pequena burguesia urbana e o campesinato pobre e semi proletariado agrícola do norte. Contudo a situação social não era a mesma: a falta de géneros alimentícios era alarmante, existindo falta de azeite, farinha, batata, feijão. Quando havia tinham preços muito altos. Em 1917 deu-se a onda de assaltos conhecida como a “Revolta da Batata”. O aumento das greves e da sua violência neste ano levou a que mais claramente surgissem duas correntes dentro da União Operária Nacional: a corrente moderada que procurava manter o movimento contra a guerra e contra a crise dentro dos limites reivindicativos de melhoria das condições de vida; uma corrente radical, que estava a crescer e que encorajava a luta contra a guerra e a crise como uma luta pela destruição do Estado.

A instabilidade política agonizava-se. Em Março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal, e logo no dia 15, António José de Almeida aceitou fazer parte de um governo de “União Sagrada” juntamente com os democráticos. Foi criado e organizado um corpo expedicionário português (C.E.P.) que embarcou para a Flandres em Janeiro de 1917 e que aí ficou até ao armistício em Novembro de 1918. Com o deterioramento das condições de vida, a mística do governo unido sobre uma “união sagrada” e do esforço mútuo pela defesa da República e da Nação sofria um processo de desacreditação. Os motins, assaltos, roubos cresciam não apenas nas cidades mas também no interior do país. As acções repressivas por parte do governo aumentaram com o crescer de poderes dados á recente Guarda Nacional Republicana.

O aumento dos movimentos de protesto eram visíveis e pediam reforços militares por parte do governo que deu à autoridade militar todos os poderes que achassem necessários para manter a ordem. “Em 1917, o uso de armas de fogo contra os protestos sociais tornou-se frequente”²³. Logo no Verão de 1914, perante o início da Guerra Mundial, o parlamento em Portugal autorizou os governos a suspender as garantias constitucionais á greve concedidas aos operários, caso o considerassem necessário, medida essa que foi sendo tomada ao longo do tempo em que esta se prolongou. “Para além da própria mobilização militar, a guerra perturbava os fluxos comerciais, alterava a estrutura da procura, provocava uma falha do abastecimento e ‘protegia’ os mercados internos, favorecendo o desenvolvimento industrial pela substituição de importações. Mas, para além disso, a guerra justificava acções ousadas por parte dos governantes, na direcção da economia e na restrição das liberdades públicas”²⁴.

Em 1914, numa carta a Afonso Costa, João Chagas escreve que um governo com ordem e disciplina, seria o mais adequado para o momento, recorrendo como base da sua acção à censura da imprensa e ao encarceramento dos perturbadores da ordem. Estas medidas de supressão das liberdades e garantias constitucionais já haviam sido postas em uso pela Inglaterra e França durante o período da guerra, para travar as resistências e manifestações contra a guerra. Era sugerido por Chagas a organização de uma “ordem tão forte e irresistível quanto fosse necessário para evitar violências ou confrontos”²⁵. Esta ordem não só acalmaria as resistências á guerra, e ao mantimento da ordem como também ajudaria a republicanizar o próprio país, contudo as ideias nunca conseguiram ser postas em prática de forma eficaz.

O descontentamento generalizado, dos militares pela guerra, dos republicanos fora da “União Sagrada”, do movimento operário, sectores do poder económico como lojistas levou a que a maioria das facções sociais estivesse a favor do golpe militar de Sidónio Pais, em maioria aqueles que estavam contra os democráticos de Afonso Costa. Sidónio Pais chamou ao poder os “renegados” pelos democráticos, como católicos e monárquicos e instaurou o sufrágio masculino universal para uma maior expressão de

²³ Cerezales, Diego Palacios, 2011, *Portugal á Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, p. 239

²⁴ *Idem*, p. 233

²⁵ *Idem*

apoio nas eleições. O objectivo era criar uma nova áurea para a República que, no entanto, ao longo de 1918 se foi perdendo juntamente com os apoios face às novas insurreições do Partido Democrático e á realização da não melhoria das condições sociais e económicas.

Sidónio Pais também teve de aumentar e criar o sistema de ordem pública (aumentando a repressão tal como os democráticos o haviam feito), que garantisse a fidelidade das ordens militares e policiais, especialmente tendo em conta o efervescer do movimento operário, que culminou com a greve de 18 de Novembro de 1918. “Foi na Polícia Cívica de Lisboa, reforçada material e simbolicamente, que se tornou mais evidente a aposta sidonista numa ordem forte baseada numa polícia prestigiada”.²⁶

O golpe de Sidónio Pais, trouxe uma nova esperança a muitos portugueses, contudo em breve surgiam as primeiras desilusões que se prendiam com a questão dos presos políticos; a falta de resposta do novo governo às reclamações da União Operária Nacional; mantimento das tropas em França; e ainda a continuidade das dificuldades de abastecimentos.

²⁶ Cerezales, Diego Palacios, 2011, *Portugal á Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, p. 242

V. O Exército

“Nem todos os dias se marcha, nem todos os dias se combate, mas todos os dias se come”

Revista Militar nº 3, Março de 1917, “Serviço de Subsistências”

O exército português em 1910 ainda tinha a mesma organização do exército monárquico com uma vertente mais virada para uso interno ou colonial, sem uma força defensiva muito eficaz. Com a implantação da República procurou-se uma transformação e uma tentativa de adaptação à nova situação política, adoptando-se o conceito de exército miliciano. “O reequipamento e a aprendizagem de novas técnicas estava em curso quando o conflito europeu estalou. O maior e mais grave problema posto à prossecução dos objectivos republicanos era o da extrema dependência económica do país em relação ao exterior e, como atrás deixámos dito, principalmente em relação à Inglaterra. Essa dependência era ainda mais notória quando se punha a questão do equipamento bélico”.²⁷

Esta renovação do sofreu com o início do conflito bélico devido às dificuldades no acesso a equipamentos e armas que sofreu uma queda brutal. Durante o segundo semestre do ano de 1916 começaram a fazer-se os preparativos para o envio de tropas para a guerra. Norton de Matos, ministro da guerra instalou-se em Tancos para organizar o Corpo Expedicionário Português que iria para França, estando responsável pela instrução militar e pelo material de combate. Também se assistiu a um esforço de guerra ajudado pela Escola Prática de Engenharia na organização das forças de artilharia portuguesa.

Apesar de todos os condicionantes conseguiu-se organizar um exército e enviá-lo para França em Janeiro de 1917, contudo este detinha problemas logo de início que iriam para além da falta de profissionalização e escassos recursos. Surgiram problemas com a organização militar, sendo que em Março o general Tamagnini procurou

²⁷ Medina, João (aprs.) 1986, *Portugal na Grande Guerra. “Guerristas” e “Anti-guerristas”*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 47

modificar organicamente o corpo do exército: “o Corpo de Exército tinha autonomia táctica em relação às suas Divisões; passava a depender tacticamente do Comandante do Exército britânico em França; dispunha de aviação e serviço de informações próprios; de artilharia pesada privativa e de acesso directo aos órgãos de comunicação social com direito a comunicado oficial.”²⁸

O ano de 1916, que acabou por ser um ano de preparação militar, foi vivido num permanente confronto entre ir ou não para a guerra dentro das forças políticas, surgindo algumas acções que se poderiam chamar de sabotagem (incêndio do Depósito Central de Fardamentos em Lisboa, incêndio numa fábrica de Chelas em 1915, assaltos a estabelecimentos e armazéns de géneros). De facto, um dos grandes problemas em constituir um exército seria a mobilização de força activa para a constituição deste. Dois grandes problemas se impunham: era necessário retirar dos campos e das indústrias as forças que iriam constituir o exército, limitando assim o já acanhado sistema industrial e agrícola português; em segundo lugar estes homens não têm qualquer formação militar, sendo que a maioria nem sabe ler ou escrever.

As dificuldades de guerra e do esforço militar prendiam-se então, com um deficiente processo motivador da mobilização militar (resistência à marcha das tropas, desconcentração dos militares, influências externas antiguerrista, deficiente construção de relações de subordinação hierárquica); insuficiente instrução técnica e teórica que estava inerente ao treino militar, e a incapacidade criadora de um espírito de corpo; dificuldades de coordenação organizacional; dificuldades de mobilização e transporte.

A partida de Portugal e a chegada às trincheiras para o baptismo de fogo deu a conhecer aos soldados portugueses inexperientes, uma realidade desconhecida e assustadora com a qual não estavam á espera e que marcou de forma drástica a memória destes soldados que eram na sua maioria, iniciados. Com explica Isabel Marques²⁹ a vida nas trincheiras está intimamente ligada a três factores: ritmo que alterna entre “momentos de espera” e “momentos de guerra”; vivências de grande tensão; e ainda o desgaste físico e emocional que requer. O esforço de guerra iria além da preparação militar, sendo que os soldados portugueses viam-se com poucos recursos materiais, mas

²⁸ Medina, João (aprs.) 1986, *Portugal na Grande Guerra. “Guerristas” e “Anti-guerristas”*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 41

²⁹ Marques, Isabel, 1995, *Os Portugueses nas Trincheiras – Um quotidiano de Guerra*, (dissertação de mestrado), Lisboa, UNL-FCSH.

também com pouco apoio psicológico que se tornaria um problema cada vez mais premente com as condições vividas nas trincheiras.

“O ritmo rápido e alternante destes sentimentos confundiram, fazendo depender a sobrevivência dos expedicionários da capacidade de equilíbrio entre a multiplicidade de acções e as reacções físicas e psicológicas. Quando o equilíbrio não era construído ou mantido, a ruptura acontecia e a luta pela sobrevivência assumia comportamentos individuais divergentes dos interesses militares colectivos”.³⁰

Surgiu a partir deste desequilíbrio de emoções, um comportamento de resistência passiva que se baseava numa tentativa de obter o controlo individual de algumas actividades, transformando algum do seu tempo em actos de evasão da realidade que queriam pôr de lado, nem que fosse por alguns instantes. “O comportamento disciplinar distinguiu-se de acordo com duas grandes atitudes: a desobediência às normas regulamentares (com o inerente desrespeito à respectiva autoridade) e a fuga à realidade militar constringedora.”³¹

As infracções que foram cometidas eram então motivadas por um desejo de fugir á realidade e eram maioritariamente realizadas por soldados que se encontravam nas trincheiras á mais tempo, e podiam ser constituídos por ausência ilegítima, insubordinação ou revolta. O fim da 1ª Guerra, com a assinatura do armistício em 11 de Novembro de 1918, foi recebido de forma distinta pelo poder político e militares superiores, e também pelos combatentes expedicionários. Os primeiros festejaram a derrota das potências centrais e rejubilavam com a vitória dos aliados, que consideravam também como sua. Os segundos mostraram uma panóplia de sentimentos de alívio, satisfação, ansiedade e incerteza pelo futuro. A incerteza pelo futuro era uma forte preocupação para aqueles que agora recebiam regressar ao mundo que tinham abandonado, “a experiência de guerra dos combatentes não lhes permitiu comungar dos festejos efusivos dos políticos e das altas autoridades militares portuguesas (...) ressentimento contra as autoridades políticas e militares responsáveis”.³²

³⁰ Marques, Isabel, 1995, *Os Portugueses nas Trincheiras – Um quotidiano de Guerra*, (dissertação de mestrado), Lisboa, UNL-FCSH, p. 421

³¹ *Idem*, p. 426

³² *Idem*, p. 416

Podemos por aqui concluir que existem dois momentos que separam as opiniões acerca da guerra: Antes da entrada efectiva de Portugal na guerra em 1916 e depois da entrada de Portugal. Com o início do conflito na Europa começaram a surgir as primeiras divergências políticas em relação á entrada de Portugal na guerra, que se estendiam ao movimento operário. Apesar de algum descontentamento pelas más condições de vida a população local mostrava-se apesar de preocupada um pouco indiferente a este conflito de posições. Após a entrada no conflito por parte de Portugal, e ao verificar as condicionantes se impunham ao esforço bélico, o Partido Democrático ficou isolado no seu apoio á participação na guerra. Começam a surgir revoltas populares e operárias que se movimentam contra a carestia de vida alimentada pela guerra, sem contudo um movimento organizado e reconhecido de resistência ao conflito. Os soldados portugueses mostram-se assustados e desmotivados para uma guerra que sentem não ser sua.

VI. A cidade de Lisboa – Uma Caracterização

No início do século XX o distrito de Lisboa englobava também o agora distrito de Setúbal, que se constituía como um grande pólo de atracção de fluxos migratórios para a cidade. Do distrito de Lisboa fazem parte as secções de Sintra (Sintra, Cascais, Mafra, Oeiras, Loures e Vila Franca de Xira), Torres Vedras (Torres Vedras, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Sobral, Lourinhã e Azambuja), Setúbal (Setúbal e Sesimbra), Grândola (Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Sines e Grândola), Barreiro (Alcochete, Moita, Seixal, Aldegalega, Almada e Barreiro).

A própria cidade de Lisboa encontrava-se dividida em quatro bairros distintos. O 1º Bairro encerra em si Anjos, Beato António, Olivais, Santa Cruz do Castelo, Santa Engrácia, Santo André (Graça), Santo Estevam, S. Miguel, S. Thiago, S. Vicente, Sé, S. João da Praça e Socorro. O 2º bairro consiste nos bairros de Conceição Nova, Encarnação, Madalena, Mártires, Pena, Sacramento, Santa Justa, S. Jorge de Arroios, S. José, S. Julião e S. Nicolau. O 3º bairro inclui a Ameixoeira, Benfica, Campo Grande, Carnide, Charneca, Coração de Jesus, Lumiar, Mercês, Santa Catarina, S. Mamede, S. Paulo, S. Sebastião da Pedreira. E finalmente o 4º Bairro com a Ajuda, Alcântara, Belém, Lapa, Santa Izabel, Santos-o-Velho.

Em 1911 46,8% dos habitantes tinham nascido em Lisboa (Magda Pinheiro, p.248) sendo a maioria provenientes de outros distritos. A população era também muito jovem, sendo que em 1911 45,8% dos seus aproximadamente 435 359 habitantes tinham menos de 25 anos. Entre a população o nível de alfabetização era baixo com 58,9% dos homens a saber ler e apenas 39,5% das mulheres.³³

Para uma cidade com cerca de 400 000 habitantes o abastecimento de alimentos, animais, bens de consumo, matérias-primas para a indústria bem como máquinas e combustíveis eram bastante importantes. O porto do rio Tejo continuava a ser o meio privilegiado de abastecer a cidade, apesar da existência do caminho-de-ferro. “Nas estações ferroviárias desembarcavam produtos industriais, cereais, animais e sobretudo o vinho que a cidade consumia do país e o que era transportado através do seu porto. O

³³ Pinheiro, Magda, 2011, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 249

rio Tejo conservava o seu lugar no transporte de mercadorias do sul e do vale do Tejo.”³⁴

A vida quotidiana impunha problemas de segurança para os cidadãos, sem esquecer os da ordem pública, inflamados pelos problemas que antecederam o final da república, com greves e revoltas dos operários. Reorganizaram-se então as guardas municipais de Lisboa e do Porto cada uma com um o comando de oficial-general e pertencendo ao foro militar. Em Lisboa havia ainda a questão do porto considerado o “ponto capital de defesa terrestre e marítima da Nação”.

O fim do século XIX e início do século XX viu então nascer uma nova cidade com o crescimento dos espaços urbanizados com os bairros como Alfama, Anjos, Alcântara e com a construção da avenida da Liberdade e a abertura dada por ela para aumentar a cidade “novos espaços, novas indústrias urbanas, novas profissões, novos negócios, novas culturas e novas oportunidades tinham emergido”.³⁵ No fim da monarquia Lisboa transformava-se e crescia: dos restauradores para o Saldanha, a ocidente de Xabregas para o Alto do Pina, do Largo do Rato para Campo de Ourique. Deu-se também o alargamento de bairros e ruas.

O alargamento da cidade levou á construção dos elevadores que permitiram melhores comunicações por entre os vales e colinas. A rede de transportes alargou-se com o acordo feito com a Companhia Carris de ferro e a Câmara Municipal de Lisboa, sendo criados cada vez mais ligações de transporte público. O aspecto da cidade mudou com a circulação de eléctricos que facilitavam as deslocações, a luz eléctrica foi-se implementando lentamente na vida dos habitantes, primeiro nos passeios e ruas públicas e depois em casa de alguns habitantes. O sistema de esgotos e higienização continuava a ser um problema devido principalmente há falta de água existente na cidade e há dificuldade monetária de colocar os planos sugeridos em prática. Começaram a ser criados mais hospitais como o Hospital D. Estefânia em 1877, Rilhafoles em 1848 e o Hospital do Rego em 1906. Com o aumento da cidade a insegurança sentida pelos habitantes também cresceu, com o aumento da mendicidade (considerada crime), prostituição e roubos.

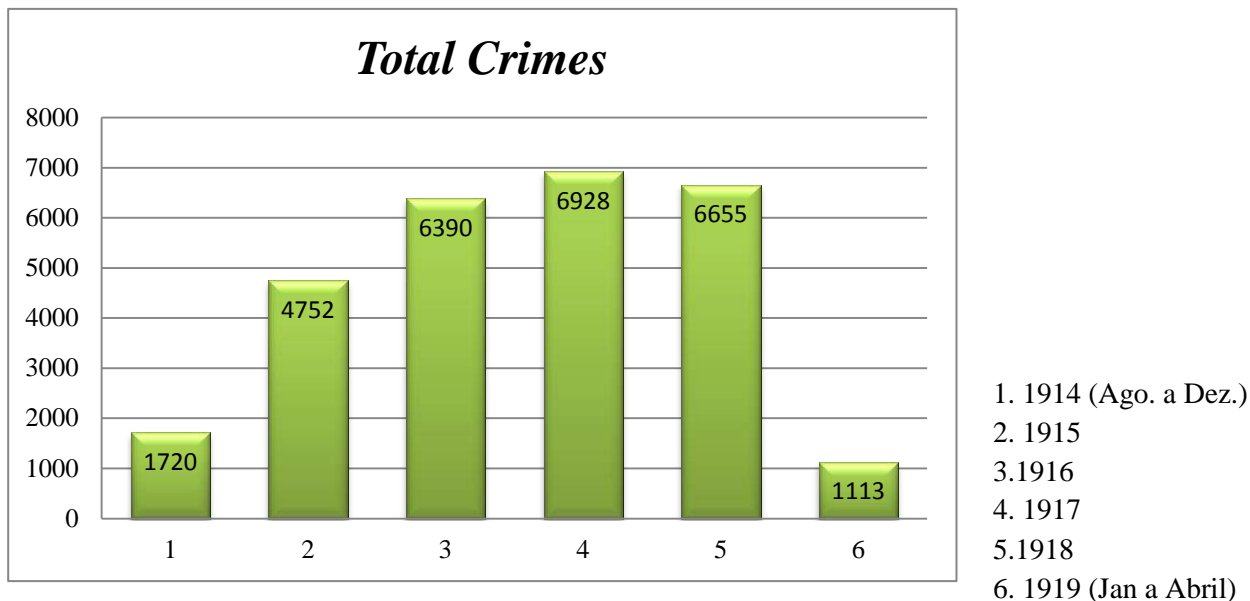
³⁴ Pinheiro, Magda, 2011, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 274

³⁵ Idem, p. 254

Entre 1878 e 1911 Lisboa quase duplica a sua população (com cerca de 435.359 habitantes), tendo nela quase metade da população urbana do país. Esta era o centro político, administrativo, comercial e industrial de Portugal, sendo o desenvolvimento industrial de Lisboa, decisivo para o seu desenvolvimento demográfico e urbano. A cidade cresceu como cidade industrial desde 1850 até ao início do século. Com este crescimento industrial, com acento no crescimento dos bairros em redor da cidade (como Alcântara, Madragoa e Alfama) tornou-se num destino apetecível para as migrações vindas do interior do país e que se foram acumulando pela cidade, em especial pelos bairros que se encontravam mais periféricos.

O aumento de pessoas tornou-se eventualmente pouco sustentável. O crescimento industrial conheceu um ponto de ruptura e de fraco crescimento sendo que o trabalho não chegava para todos os migrantes. As estruturas físicas de Lisboa (habitações, rede de esgotos) também não cresceram o suficiente para dar resposta ao efervescer de pessoas na cidade. Paralelamente a esta situação, as avenidas novas em Lisboa cresciam como um espaço privilegiado para a classe média alta burguesa, juntamente com os cafés do chiado.

A primeira guerra mundial veio dar mais um abanão á cidade e distrito de Lisboa que, tal como o resto do país sofreu de imediato as consequências da guerra. A exigência da circulação fiduciária levou a um aumento brutal da inflação durante a guerra levando ao agudizar da situação já vivida, aumentando ainda mais os preços. O número de crimes e infracções cometidos entre 1914 a 1919 através da análise dos registos de capturas do Arquivo Distrital de Lisboa dá-nos o exemplo disso, com um maior número de crimes a acontecer nos anos de 1916 a 1918 (maior foco de furtos em 1916 e 1918 e mais transgressões em 1917), mantendo-se no entanto uma perspectiva de aumento de crimes dentro dos quatro anos da Guerra entre o período estudado. Nos primeiros meses de 1919 vemos contudo um decréscimo apesar de pequeno, considerando que nos anos de 1914 e 1919 não foram analisados todos os meses. No ano de 1914 a pesquisa começou em Agosto terminando em Dezembro, e no ano de 1919 foram analisados somente os quatro primeiros meses. (gráfico elaborado pela autora com base nos dados



Os presos que encontramos eram então na sua maioria presos por furto ou transgressão (na maioria não identificada), sendo que no ano de 1916, surgiu nos registos a categoria de “vadiagem” que iria manter-se com valores importantes e que se tornou um fenómeno cada vez mais usual praticado por crianças, jovens sem emprego e idosos. Com o aumento substancial dos mendigos foram criados em Lisboa alguns asilos (alguns tinham outras funções como albergarias sofrendo depois uma transformação) que ofereciam a possibilidade de dormida, com direito a roupa e comida que no entanto, estavam muitas vezes lotados e com poucas possibilidades monetárias de se expandirem ou manterem.³⁶

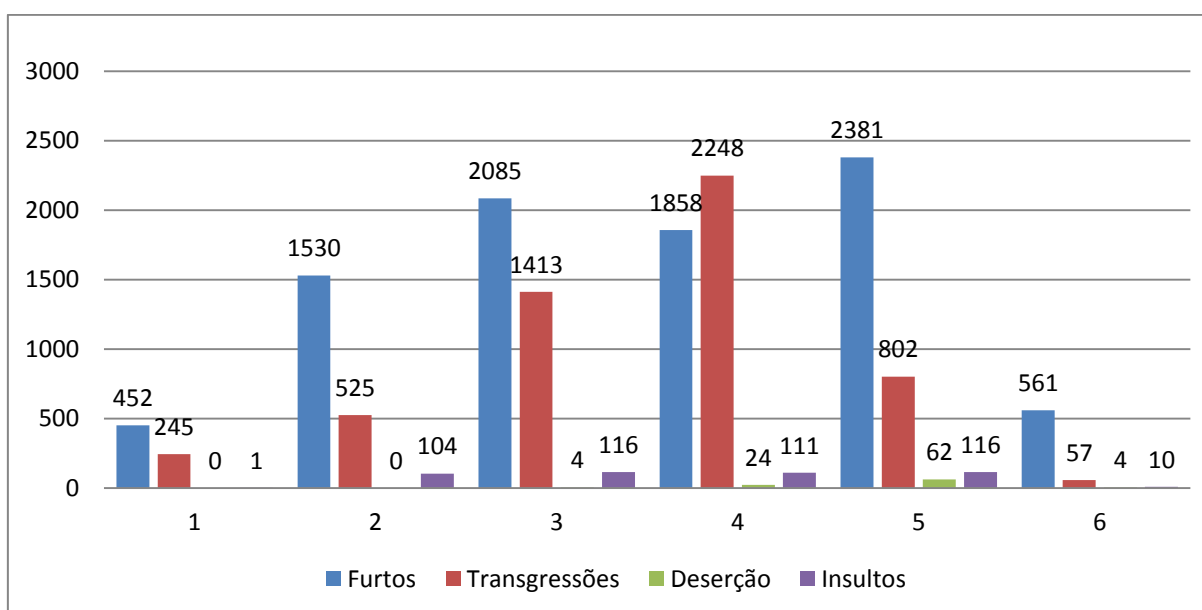
Começaram a surgir de forma irregular casos de conspiração (especialmente em Junho e Outubro de 1918, altura que coincidiu com o aumento da repressão por parte de Sidónio Pais e com a preparação da Greve Geral de 1918); agressão á polícia, insultos às forças policiais e governo, casos de moedas falsas e casos de deserção militar, que atingiram o pico no ano de 1918 com 62 casos em comparação com os 24 tidos em 1917.

Estes valores tornam-se também um espelho da situação na qual se encontrava o país e neste caso o distrito de Lisboa. Os insultos á polícia, as transgressões á lei e furtos

³⁶ Os asilos criados para crianças passavam por um processo de selecção em caso de uma nova admissão, sendo necessários documentos de extrema pobreza ou indigência, atestado médico em como foi vacinado, certidão de idade, entre outros.

tornaram-se prática usual num período de crise económica e entrada na guerra e onde estavam em risco não só os abastecimentos de comida mas também o próprio funcionamento de fábricas e serviços.

Podemos ver assim que na grande maioria dos casos analisados no registo de capturas, o maior número de casos estavam relacionados com furtos, ou com transgressões. Verifica-se assim o grande desespero da população civil em relação á sua subsistência, apesar de se poderem verificar manifestações claras de desconfiança ou medo face ao governo e às regras impostas (casos de transgressão, que ao contrário dos casos de furto tiveram um maior pico em 1917), assim como o respeito incutido pela polícia (aumento dos insultos á polícia, sendo que em cinco meses do ano de 1914 ocorreu apenas uma prisão por esta causa, enquanto que a partir daí os valores ultrapassem os 100 ao ano)³⁷



1. 1914 (Agosto a Dez.) 2. 1915 3. 1916 4. 1917 5. 1918 6. 1919 (Jan a Abril)

Aos problemas com furtos, transgressões, deserções e insultos juntavam-se as várias cartas e telegramas dirigidos ao Governador Civil de Lisboa e ao Ministro do

³⁷ Gráfico elaborado pela autora através dos dados recolhidos através do Governo Civil de Lisboa “Registos de Ocorrências”, 1898-10-19 a 1942-05-12.

Interior com problemas na sua maioria á falta de géneros alimentares. A falta de farinha tornava-se preocupante com o pão, base alimentar da maioria das famílias, a tornar-se escasso, de pior qualidade e cada vez mais dispendioso. Á falta de pão, juntavam-se o azeite, carne, peixe, leite, açúcar, batata. Os pedidos de guias de trânsito multiplicavam-se cada vez mais, pedindo o transporte de farinha, carvão, azeite entre os vários concelhos ou pedindo farinha das colónias.

A situação torna-se desesperante com alguns concelhos a fazerem múltiplos pedidos com poucos dias de intervalo, a concelhos que têm produtos alimentares para somente uns dias e que temiam a ruptura de stock. Foram construídos celeiros municipais um pouco por todo o país, nos vários concelhos, na procura de uma solução para o problema premente da falta de alimentos, tal como a sua manutenção e armazenamento (temendo-se o mercado negro e os problemas de açambarcamento que cresciam exponencialmente com os períodos de falta de alimentos nas lojas).

Apesar da construção dos celeiros, a falta de dinheiro e meios para os manter torna-os pouco seguros e os pedidos para o seu reabastecimento também se multiplicam. O dinheiro para os manter tornar-se também um problema. Num telegrama de 31 de Julho de 1918 recebido pelo Governo Civil de Lisboa é pedida a abertura de um crédito para a Comissão Administrativa do Município de Cascais para a construção do Celeiro Municipal. Esta situação repete-se em vários casos como Santiago do Cacém (a 4 de Agosto de 1918), Torres Vedras (a 7 de Agosto de 1918), Mafra (12 de Agosto de 1918) entre vários outros exemplos. Outros casos pedem o fornecimento de produtos alimentares, como foi o caso do telegrama vindo de Setúbal em 31 de Agosto pedindo 5000 quilos de açúcar para o celeiro e São João da Pesqueira em 13 de Setembro, pedindo 100 sacas de arroz e 50 caixas de sabão.

Por vezes as próprias Câmaras dirigem-se ao Ministério do Interior pedindo farinha, como é o caso de Setúbal a 16 de Outubro de 1918, e de novo em 21 do mesmo mês, com o aviso de que sem farinha a probabilidade de existirem desacatos poderá aumentar exponencialmente, especialmente entre os operários. A impossibilidade de comprar pão para si mesmos e para a família tornar-se uma situação comum. A fome é o principal motivo de descontentamento e desde logo de mais desacatos. Vejamos como

exemplo a carta enviada pela administração do concelho de Santiago do Cacém em 30 de Julho de 1917 ao Governo Civil de Lisboa.³⁸

“compareceu n’esta administração de concelho grande número de trabalhadores acompanhados de mulheres, pedindo para serem ouvidos. Perante tal número engrossado de momento a momento por outros que em regra não faltam nestas ocasiões, declarei que só atenderia uma comissão delegada. Parlamentaram ás portas dos Paços do concelho onde leram e aprovaram uma moção adrede fabricada destacando por fim a comissão delegada que em nome da multidão queixando-se da carestia de vida exigiam uma baixa de preços nas subsistências especialmente na farinha de trigo. E como tinham corrido todos os estabelecimentos comerciais e industriais peticionando o encerramento das portas, pedindo satisfeito, maior foi a aglomeração e mais senhores do terreno se julgaram.

Reclamei então a comparência do Presidente da Comissão de Abastecimento, que é o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, tentando nós demonstrar-lhes que a alta dos preços se devia exclusivamente á guerra europeia, aconselhando-os á ordem e á resignação, confiando que a alta dos salários equilibrasse tanto quanto possível a alta das subsistências, observando-lhes até que marcando a lei 14\$ por quilo de trigo a farinha entre nós corria a 15\$.

Durante a discussão que algum tempo levou, foi o edifício dos paços do concelho invadido penetrando na administração e corredores anexos, uma grande parte da multidão, procurando pelo número e vosearia fazer pressão gritando pelo barateamento da farinha.

Como muitos estavam armados de machados corticeiros e a localidade não possuía força armada para os chamar á ordem, procurámos vencer-lhes a exaltação transigindo quanto suficiente para não perder a autoridade.

Chamados os comerciantes de farinhas, resolveu-se com sacrificio d’estes, baixar o preço da farinha para 11\$ o kilo até domingo próximo, 5 de Agosto, dia que a multidão ficou para se reunirem os proprietários-agricultores afim de manterem para sempre uma baixa de trigo que deixasse a farinha sempre barata!

³⁸ Governo Civil de Lisboa, Correspondência Recebida de 1917 cota actual Pt. 101

Pois apesar de os não contrariarmos ainda no crescendo de exigências levaram o desprante a incentivarem alguns dos circunstantes, ameaçando que no domingo fixado 5 de Agosto levariam tudo ás do cabo se não fossem em tudo atendidos. E este tudo é fazer descer as cotações dos géneros, olvidando os preços de origem e ignorando que se a lei dos cereais não for cumprida, a lavoura se retrairá deixando até de semear.

Nestes termos e sendo tão delicada a situação, venho solicitar a V. Exa que com a maior urgência ordene a vinda de uma força militar de 20 praças de cavalaria da Guarda Nacional Republicana para chegar a esta terra o mais tarde e sem falta sexta-feira 3 de Agosto, no intuito de impedir desmandos e quiçá crimes.”

A situação vivida em Julho de 1917 em Santiago do Cacém não é única. Em Alcácer do Sal em Setembro de 1915 a falta de pão nas padarias e a falta de farinha levou a administração do concelho a avisar o governo civil com medo dos descatos que podiam surgir para a ordem pública. Este caso foi também descrito pela administração de Vila Franca de Xira em Fevereiro de 1915 que prevê assaltos aos celeiros e revoltas á saída de trigo do concelho se não houver farinha e pão dentro de dois ou três dias, descrevendo a situação como alarmante, prevendo “a eminência de um conflito grave desde que se dê a falta de pão”.³⁹

Nestes casos a acção das populações é directa: um grande grupo constituído de homens e mulheres da cidade dirigem-se aos Paços do Concelho ou até aos celeiros municipais pedir soluções: mais farinha, mais pão ou uma baixa de preços dos alimentos ou materiais. Estas reivindicações podem terminar com conflitos violentos que podem continuar até terem as suas exigências cumpridas. As manifestações da população repetem-se quando se dá também a saída de alimentos (especialmente farinha e azeite) para outros concelhos do país.

A Guarda Nacional Republicana é muitas vezes chamada para acudir aos concelhos que têm mais problemas de conflitos internos, contudo esta resposta da guarda é por vezes atrasada, pois como vimos pela carta do administrador do concelho

³⁹ Correspondência Recebida de 1914 a 1916 cota actual Pt. 94

de Santiago de Cacém, o número de guardas existentes nas próprias localidades é insuficiente.

Logo em Agosto de 1914 correu a informação por todos os concelhos para informar o Ministério do Interior das relações das necessidades policiais nas localidades nos quais 24 concelhos responderam. Nestas informações procurava-se perceber quais as localidades que mais necessitam de reforço policial. Não podemos esquecer que neste mês havia começado o conflito mundial, e que apesar de Portugal ainda não ter entrado na guerra, as consequências da mesma iriam começar a sentir-se rapidamente. Das 24 respostas obtidas 18 são positivas pedindo mais agentes. As razões passam em geral pelo perigo de roubos e açambarcamentos, sendo que alguns concelhos também referem a distância entre freguesias como um problema de segurança. Os casos mais urgentes surgem em Almada, Seixal e Vila Franca de Xira devido á proximidade com a capital e das fábricas, sendo que grande parte da população destes concelhos são operários e podem sofrer com o encerramento das fábricas durante o período do conflito.

O policiamento torna-se um obstáculo difícil de ultrapassar. A guarda era já de número reduzido, condição que se agravou com o levantamento militar para a guerra. Nos quadros em baixo mostramos a evolução da polícia cívica em Lisboa⁴⁰:

Datas	Corporação Policial		Total Habitantes
1876	Chefes de Esquadra	12	187.404
	Cabos	48	
	Guardas	302	
1894	Chefes de Esquadra	14	-
	Cabos	67	
	Guardas	804	
1902	Chefes de Esquadra	21	-
	Cabos	100	
	Guardas	1125	
1908	Chefes de Esquadra	23	356.009
	Cabos	112	
	Guardas	1404	
1911	Guardas e agentes	+ 400 guardas e 10 agentes	435.359

⁴⁰ Correspondência Recebida de 1916 a 1917 Pt. 97

Chefes	29
Cabos	122
Agentes	30
Guardas	1664

Agentes efectivos do Corpo de Polícia Cívica de Lisboa, 1914

Mesmo com o aumento de efectivos na guarda, a cidade em 1911 apresenta-se mais perigosa e com mais habitantes do que já se tinha visto até á data, sendo que em 1914, 1664 guardas para toda a cidade torna-se pouco eficiente. A situação não melhora no interior do país como já vimos no caso de Santiago do Cacém. A própria Polícia Cívica de Lisboa envia ao governador civil um aviso de que existem 207 vagas por preencher como guarda de 2ª classe em Maio de 1915 sem qualquer forma de serem colmatadas, como demonstra o excerto, *“apesar de se procurar por todos os meios chamar os indivíduos que estão em condições de satisfazer os requisitos necessários para se alistarem como guardas, pouco se tem alcançado, devido talvez ao período de agitação que estamos atravessando, não sendo portanto o lugar mais apetecível e muito principalmente por ser mal remunerado”*.⁴¹

Em Março de 1917 a Polícia Cívica de Lisboa faz de novo um apelo devido às vagas por preencher pedindo um decreto que permita que durante o tempo de guerra os requisitos para a entrada na guerra sejam mais abrangentes com a altura mínima requerida de 1 metro e 58. O decreto 3.253 incluído nos Ordens do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana nº 49 de 27 de Junho de 1917 tentava colmatar a lacuna apontada pela Polícia Cívica:

“Artigo 1º. Enquanto durar o estado de guerra, as vacaturas de praças na Guarda Nacional Republicana, não havendo concorrentes nas condições do artigo 17º da lei de 1 de Julho de 1913, serão preenchidas por homens que, tendo idade não superior a 35 anos e altura não inferior a 1m56, para a arma de infantaria, satisfaçam nos demais requisitos exigidos por aquela lei.”

⁴¹ Correspondência Recebida/Expedida de 1914 a 1915 cota actual Pt.7

A este decreto veio também juntar-se o decreto 3:328 (ver anexo) para tentar melhorar o problema com a diminuição de efectivos da GNR e a dificuldade no recrutamento de praças do exército ou da armada adoptando assim medidas extraordinárias para assegurar a ordem pública e proteger as pessoas e as propriedades no país. A segurança civil, mesmo em questões do dia-a-dia constituía uma dificuldade, com falta de policiamento nas ruas, mercados municipais (facto que constituía por vezes conflitos entre mercadores e compradores devido aos problemas de abastecimento já esclarecidos). Os próprios funcionários do ministério do interior enviaram uma missiva ao ministro a pedir o fornecimento de uma pistola e respectivas munições para cada funcionário como forma de precaução e segurança pessoal contra os assaltos e perigos existentes na rua.⁴²

Os problemas aumentam ainda mais quando aos problemas das subsistências e abastecimentos, se juntam os problemas de encerramento total ou parcial das fábricas levando ao desemprego vários operários. Em Setúbal, Loures e Almada o mês de Agosto de 1914 foi bastante problemático. O espectro da guerra e o início das restrições de matérias-primas fizeram encerrar (mesmo por curto período de tempo) algumas fábricas nos primeiros dias do mês. A resposta dos operários foi imediata seguindo-se manifestações imediatas por parte dos trabalhadores.

Em Setúbal e Almada o administrador avisou de que os operários mostram-se preocupados com a precariedade dos preços da comida e do seu posto de trabalho com medo do encerramento ou diminuição de trabalho nas fábricas. Em Loures a ordem pública foi alterada devido ao curto encerramento da fábrica de louças em Sacavém. A guarda constituída somente por duas praças que tiveram muita dificuldade em conter os manifestantes.

A Classe dos Estivadores do Porto de Lisboa enviou um pedido em 1 de Fevereiro de 1915 apelando ao governador civil ajuda para os seus trabalhadores, que com o início da guerra o trabalho tem diminuído e alguns operários com família não conseguem trabalhar o horário completo, perdendo assim parte do seu salário.

Em Março de 1916 a própria empresa Henry Bucknall & Sons – Limited participou ao Governador Civil a dispensa de pessoal na fábrica devido aos efeitos

⁴² Ministério do Interior, Secretaria Geral, mc 569, Lv1, nº 713

nefastos da guerra na sua fábrica de cortiça de Margueira Velha em Cacilhas. A direcção já havia diminuído para 3 os dias de trabalho e por vezes o chamado “trabalho de empreitada”. Contudo teve de recuar nas medidas devido a fortes protestos por parte dos trabalhadores acrescentando mais um dia de trabalho. Apesar de todas as tentativas a situação piorou com os stocks a acumularem-se na fábrica. A solução passa pelo encerramento total ou uma diminuição dos trabalhadores. Como o encerramento levava 350 operários a opção é o despedimento de forma gradual e com aviso prévio de cerca de 10 a 20 homens por semana. A empresa avisa de antemão o governador pois prevê fortes manifestações dos operários quando a decisão for tomada pública.

Em Março de 1916 o administrador do concelho de Cascais vem também pedir emprego para vários operários que foram despedidos sem qualquer aviso prévio, estando neste momento a passar por várias dificuldades. A fábrica situada no Estoril, Centrale de Travauge Publica efectuou os despedimentos devido á falta de matéria-prima (especialmente cimento) e que impediu a continuação dos trabalhos a realizar. As opções passavam tal como na empresa Henry Bucknall & Sons pelo encerramento da fábrica de vez, ou pelos despedimentos selectivos. A falta de matérias-primas é uma das maiores preocupações e razões pelo encerramento das fábricas assim como a falta de escoamento dos produtos. A situação é agravada pelas condições impostas pela Inglaterra relativa á exportação de carvão, cuja falta ela própria estava também a sentir. Em Março de 1916 o racionamento inglês leva a que seja pedido a Portugal o consumo actual e preciso do carvão importado pela Inglaterra em Portugal continental, ilhas e Cabo-Verde de forma a evitar a acumulação de carvão em países estrangeiros.

Também em 1916 no mês de Fevereiro em Almada são pedidos mais elementos da Guarda Nacional Republicana pois mais fábricas fecharam e os operários encontram-se revoltados. No Barreiro, também em Fevereiro de 1916 a situação é idêntica pedindo-se guardas para garantir a segurança pública,⁴³

⁴³ Correspondência Recebida de 1916 cota actual Pt. 95

“Administrador do concelho informa que acha prejudicial a saída do concelho das forças policiais para a manutenção da ordem pública. “Encontra-se ainda ameaçada de ser assaltada a Companhia União Fabril onde trabalhavam milhares de operários, o que dar-se trará como consequência a paralisação dos seus trabalhos, dando este facto lugar a vários embaraços para o governo por ficarem esses operários sem trabalho ainda que temporariamente.

Conforme informei V. Exa os descarregadores de mar e terra cuja associação é composta por mais de 600 associados pensa em fazer reclamações de aumento de salário o que a ser-lhes negado terá como consequência e greve.

N’estas condições e sendo o elemento operário d’esta vila composto por mais de 4 mil pessoas é impossível manter a ordem contando apenas com o reduzido número de praças que compõem o posto e cuja missão especial é o serviço rural”

Como temos verificado as empresas também respondem aos operários no sentido de minorar as greves e conflitos, dando explicações acerca da situação actual pedindo compreensão e calma, tentando terminar as reivindicações dos seus trabalhadores. A Empresa Industrial Portuguesa contudo faz um apelo aos seus operários para terminarem com as greves apelando á sua veia patriótica, ao respeito pela pátria e pelos soldados que estão a lutar por ela em terreno longínquo:

“N’esta hora de incerteza no futuro da nossa terra, em lucha contra um inimigo, poderosamente armado, gigantescamente organizado, enquanto milhares de irmãos nossos se batem em África e em França, sofrendo as inclemências do tempo, ao vento e á chuva, queimados do sol ou tiritando de frio, sempre alerta dia e noite contra emboscadas e traições, enquanto assim estão dando um exemplo de rara abnegação e do mais grandioso sacrifício, nós estamos aqui na maior das anarquias, num desconhecimento completo e absoluto dos nossos deveres para com a pátria e para com eles.

Os nossos soldados combatem e morrem, esquecendo tudo pelo futuro da sua terra distante. Nós aqui, longe de todos esses horrores, nem ao menos sabemos corresponder aos seus sacrifícios, mantendo-nos n’um trabalho honesto, inteligente, constante e são.

Toda a anarquia é neste momento uma traição á Pátria. E quando um dia se fizer a história desta guerra, e enegrecer o quadro que aqueles que n'este momento lutam pelo bom nome de Portugal procuram doirar, hão-de aparecer, tragicamente horrendos, a nossa desordem e o nosso desvairamento.

Já não se tratam de operários, trata-se de portugueses. Portugueses não podem deixar de pôr acima de tudo o nome da sua terra.

E porque esta administração assim o pensa e assim o sente, convida todos os operários a retomar o trabalho acabando d'este modo com um estado de cousas que só ao inimigo pode aproveitar.

Trabalhem todos, pois, para que não seja oco e sem sentido o brado que n'este momento e sempre nos deve unir a todos: Viva Portugal”.

A associação Comercial e Industrial de Sines segue de certa forma a mesma ideia da Empresa Industrial Portuguesa, enviando uma missiva ao Governo Civil a avisar que têm ocorrido desacatos na vila, por operários que não têm a sua preocupação a Pátria e a Lei mas sim a completa desordem impedindo assim o avanço das classes trabalhadoras e da própria fábrica.⁴⁴

Nos meses de Setembro e Outubro de 1917 foi pedido aos vários concelhos um relatório de como se encontrava a situação política, económica e social nesses locais, dos quais 18 responderam. Alguns como Grândola e Azambuja apresentavam a sua situação normalizada em todos os sentidos. Nos outros concelhos a falta de géneros era a mais apontada, especialmente no caso dos cereais como em Arruda, Loures, Aldegalega, Lourinhã ou Alcochete que indica até que “a situação política neste concelho estará resolvida quando a guerra e a carestia de vida estiverem terminadas”.⁴⁵ A situação política apresenta-se nestes meses muito complicada nalguns concelhos como é o caso de Alcochete, Santiago do Cacém que avisa de que o crescimento do movimento anarquista no concelho pode causar distúrbios maiores no concelho especialmente no que toca aos preços dos géneros. Em Sines a situação política está

⁴⁴ Correspondência Recebida/Expedida de 1916 a 1917 cota actual Pt.8

⁴⁵ Correspondência Recebida/Expedida de 1917 cota actual Pt.9

nestes meses controlada apesar de existirem anteriormente conflitos entre os vários partidos políticos.

A situação social é mais problemática nos concelhos perto de fábricas, como já tínhamos destacado anteriormente. O caso de Almada descrito no relatório evoca a falta de policiamento que dentro de um concelho tão grande e heterogéneo se torna um perigo para a segurança pública devido às várias greves e confrontos que se sucedem. Como existem várias classes operárias (corticeiros, soldadores, metalúrgicos, entre outros) tendem a existir várias manifestações diferentes no mesmo período de tempo.

O concelho de Cascais, devido á sua proximidade com a cidade de Lisboa também demonstra no seu relatório as dificuldades a manter a ordem devido aos operários do concelho de Cascais serem “envenenados com falsas doutrinas” por classes operárias. Em Sintra a situação é semelhante sendo o operariado bastante “irrequieto e imperioso” assaltando armazéns e mercearias e fazendo greves.

Setúbal apresenta também ao governador civil problemas de ordem política com o crescimento do movimento sindicalista e anarquista na cidade. Os operários também são mostrados como um problema á ordem pública especialmente pelas associações em que estão inseridos, fazendo com que as greves sejam totais (feitas por todos) prejudicando assim o patrão que tem pouco apoio policial.

Conclusão

"São estas as demonstrações de patriotismo de todos os povos. É este o sentimento que primacialmente define o seu carácter. Não é ele nem mais vivo nem mais profundo que o nosso. A Europa atravessa a sua crise histórica mais formidável e dolorosa. Por nossa parte, estamos convencidos de que nenhuma repercussão da tremenda luta empenhada virá a produzir-me entre nós; mas, em quaisquer circunstâncias, havemos de proceder de modo a conciliar os sentimentos que devemos às nações amigas e a uma nossa aliada."

in *A Capital*, 3 de Agosto de 1914

As palavras editadas pelo jornal no dia 3 de Agosto iriam infelizmente a mostrar-se como erradas. A Guerra que havia começado no ponto longínquo da Europa depressa se iria transformar no maior confronto visto até á data e com consequências inimagináveis. Como já referimos ao longo deste trabalho, a percepção de esforço de guerra dentro da sociedade passou a envolver um esforço militar, económico, político e também social. Não poderíamos separar o esforço de guerra de nenhum destes parâmetros.

A economia portuguesa, tal como a de todos os outros países, sofreu um tombo. A eterna dependência externa e a fraca marinha mercante ditaram consequências graves a nível de abastecimentos e causaram o caos nas cidades. As várias crises políticas no recente regime republicano em Portugal trouxeram a desconfiança a medidas que de facto resolvessem a crescente carestia de vida. A guerra que se fazia na Flandres e em África mostrava-se um monstro distante em comparação com o monstro sentido todos os dias: a fome alastrava-se e o encerramento e redução do trabalho nas fábricas dava ao dia-a-dia das famílias um sentimento de constante insegurança. As greves, confrontos e cartas ao governador civil apelavam ao envio de cereais, á diminuição dos preços e melhoria das condições de vida. Os assaltos a armazéns, lojas, mercearias são sinónimos do desespero sentido pelas populações.

A causa principal do flagelo sentido pela fome girava em redor da guerra, cuja causa muitos desconheciam, e dos governos ineficazes que não conseguiam dar respostas às necessidades sentidas. As vagas de doenças que ocorreram entre 1914 e

1918 vieram dar ainda mais insegurança às populações, particularmente a gripe pneumónica.

No meio de todas estas consequências – relacionadas quase directamente com o início do conflito (com excepção talvez da gripe pneumónica), a luta contra a guerra tornava-se secundária. A luta contra a fome e pelo trabalho era essencial mesmo sabendo que a situação se encontrava desesperante devido ao mesmo. Contudo a guerra havia começado sem o consentimento ou autorização, e a situação de carência vivida tinha de ter um fim, estando ele relacionado ou não com a continuação do conflito e foram nestas lutas que se concentravam as preocupações das populações.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Ministério do Interior

Gabinete Ministro

Registo de correspondência recebida 1918-1919 – Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Lv. 71

Correspondência

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 449 [pt. 6/6]

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 449 [pt. 6/8]

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 450 [pt25/10]

Secretaria Geral

Livro de registo de correspondência recebida – 10123 Ministério do Interior, Secretaria Geral, Lv. 4

Processos de correspondência

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 568, lv 1, nº 469

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 568, lv 1, nº 500

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 568, lv 1, nº 534

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 664

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 665

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv1, nº 668

Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 685
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 686
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 700
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 705
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 708
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 713
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 718
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 720
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 741
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 569, lv 1, nº 747
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 325, lv 1, nº 815
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 573, lv 1, nº 998
Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç 573, lv 1, nº 1010

Recortes de Jornal

Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.3
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.5
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.9
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.14
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.23
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.24
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.48
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.72
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.112.
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.113
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.202

Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.204

Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691, pt.206

Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, NT 691,pt.248.

Fundo Governo Civil de Lisboa

Correspondência Recebida

Correspondência Recebida de 1912 a 1916 cota actual Pt.86

Correspondência Recebida de 1913 a 1915 cota actual Pt.89

Correspondência Recebida de 1913 a 1916 cota actual Pt. 90

Correspondência Recebida de 1914 cota actual Pt. 91

Correspondência Recebida de 1914 a 1915 cota actual Pt. 92

Correspondência Recebida de 1914 a 1916 cota actual Pt. 93

Correspondência Recebida de 1914 a 1916 cota actual Pt. 94

Correspondência Recebida de 1916 cota actual Pt. 95

Correspondência Recebida de 1916 cota actual Pt. 96

Correspondência Recebida de 1916 a 1917 Pt. 97

Correspondência Recebida de 1917 cota actual Pt. 99

Correspondência Recebida de 1917 cota actual Pt. 101

Correspondência Recebida de 1917 cota actual Pt. 102

Correspondência Recebida de 1918 cota actual Pt. 105

Correspondência Recebida de 1918 cota actual Pt. 106

Correspondência Recebida/Expedida de 1913 a 1915 cota actual Pt. 6

Correspondência Recebida/Expedida de 1914 a 1915 cota actual Pt.7

Correspondência Recebida/Expedida de 1916 a 1917 cota actual Pt.8

Correspondência Recebida/Expedida de 1917 cota actual Pt.9

“Registos de Ocorrências”, 1898-10-19 a 1942-05-12.

“Registos de Capturas enviadas a juízo de 1914 a 1919”.

Arquivo da Guarda Nacional Republicana

Ordens do Comando Geral, 1914-1918

Boletim Oficial da Guarda Fiscal

Revista Militar, Agosto 1916, nº8

Revista Militar, Março 1917, nº3

Arquivo Municipal de Lisboa

Processos de Secretaria 1914-1918, PT/AMLSB/AL/CMLSD/ADML-E23

Actas da Câmara Municipal de Lisboa, 1914-1918

Periódicos

A Capital, Agosto, 1914 a 1919

Alvorada, Janeiro a Dezembro, 1916

Diário de Notícias, Abril, 1914

Operário, Maio a Setembro, 1914

Portugal na Guerra, Junho a Novembro, 1917

Bibliografia

Afonso, Aniceto, Gomes, Carlos Matos, 2003, *Grande Guerra, 1914-1918*, Lisboa, Editorial Notícias.

Alves, Daniel, 2010, *A República atrás do balcão. Os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia (1870-1910)*, (dissertação de doutoramento), Lisboa, UNL-FCSH.

Alves, Daniel, 2012, “Crise e Republicanismo no discurso dos lojistas de Lisboa (1890-1910)”, in *Análise Social*, 205, xlvii (4.º), pp. 766-791.

Amaral, Luciano (org.), 2011, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70.

Broadberry, Stephen, HARRISON, Mark, 2005, *The Economics of world war I*, Cambridge.

Becket, Ian, 2007, *The Great War*, London, Pearson Longman.

Cabral, Manuel Villaverde, 1979, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político Crescimento económico de 1890 a 1914*, "Biblioteca de Historia, 5", A Regra do Jogo, Lisboa, pp.473.

Carvalho de, David, 1977, *Os sindicatos operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova.

Cerezales, Diego Palacios, 2011, *Portugal á Coronhada. Protesto Popular e Ordem*

Pública nos séculos XIX e XX, Lisboa, Tinta da China.

Correia, Sílvia, 2010, *Políticas da Memória da 1ª Guerra Mundial em Portugal 1918-1933 Entre a experiência e o mito* (dissertação de doutoramento), Lisboa, UNL-FCSH

Cortesão, Jaime, 1969, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, Portugália Editora.

Costa, Fernando Dores, 2010, *Insubmissão: Aversão ao Serviço Militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, ICS (Instituto Ciências Sociais).

Costa, A. Celestino, 1962, *A Evolução de uma cidade. Lisboa.*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa.

Ferreira, Medeiros José, 2000, “Forças Armadas e o Regime Autoritário”, in *Nação e Defesa*, Nº 94 – 2ª série, pp. 107-122.

Ferreira, Vítor Matias, 1987, *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*, Lisboa, D. Quixote.

Garcia, José Manuel (dir.), 2009, *História de Lisboa: Tempos Fortes*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Garnel, Maria Rita Lino, 2007, *Vítimas e violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Gilbert, Martin, 2008, *The First World War. A Complete History*, U.K., Phoenix.

Hobsbawm, Eric, 1998, *A questão do Nacionalismo, nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar.

Keynes, John, 1920, *The economic consequences of the peace*, New York, Harcourt, Brace and Howe.

Lains, Pedro, 1995, *A economia portuguesa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Lousada, Isabel, “Pela Pátria: A Cruzada das mulheres portuguesas (1916-1938)” in *XIX Colóquio de História Militar, IX Sessão*.

Mariano, Fátima, 2011, *As Mulheres e a 1ª República*, Casal de Cambra, Calesdoscópio.

Marques, Isabel, 1995, *Os Portugueses nas Trincheiras – Um quotidiano de Guerra*, (dissertação de mestrado), Lisboa, UNL-FCSH.

Martins, Maria João, 1994, *O paraíso triste. O quotidiano em Lisboa durante a II Guerra Mundial*. Lisboa, Vega Edições.

Medina, João (apsr.) 1986, *Portugal na Grande Guerra. “Guerristas” e “Anti-guerristas”*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Milward, Alan S., 1979, *The economic effects of the two World Wars on Britain*, London, Macmillan Press.

Moul, Willian, 2003, “Power Parity, Preponderance, and War between Great Powers, 1816-1989”, in *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 47, No. 4 (Aug., 2003), pp. 468-489.

Oliveira, César, 1974, *O operariado e a República Democrática*, Lisboa, Seara Nova.

Oliveira, Maria José Monteiro de, “*Deste triste viver*” – *Memórias dos prisioneiros de guerra portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Dissertação de mestrado, Lisboa, UNL-FCSH.

Oliveira, Pedro Aires de, 2003, “Versalhes Redimido?”, in *Nação e Defesa*, Nº 105 – 2ª série, pp. 13-44.

Pereira, Joana, 2011, *Sindicalismo Revolucionário. A História de uma idéia*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

Pereira, Miriam Halpern, 1979, *Política e Economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Horizonte.

Pinheiro, Magda, 2011, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Pires, Ana Paula, 2011, *Portugal e a 1ª Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

Pistola, Renato José, 2009, Alcântara, *A evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1ª República* (dissertação), Lisboa, UNL-FCSH.

Ramalho, Margarida de Magalhães, 2012, *Lisboa. Uma cidade em tempo de guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Rosas, Fernando, Rollo, M^a Fernanda, (coord.), 2010, *História da 1^a República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.

Rossum, Arnold Arie van, 2011, *A questão das subsistências no Porto no período da grande guerra* (dissertação de mestrado) Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Santos, António Pedro Ribeiro, 1999, *O estado e a ordem pública : as instituições militares portuguesas*, Lisboa, Universidade Técnica. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Samara, Maria Alice, 2002, *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Notícias Editorial.

Stone, Norman, 2010, *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*, Alfragide, Leya, D. Quixote.

Telo, António José, 1977, *O sidonismo e o movimento operário português. Luta de classes em Portugal*, Lisboa, Distribuição Ulmeiro.

Tompson, E.P., 2008, *A economia Moral da Multidão na Inglaterra do século XVIII*, Lisboa, Antígona.

Valente, Anabela (org.), 2010, *Lisboa republicana espaço e memória : 1910 1926*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Vieira, Alexandre, 1974, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova.

Anexos

Tabelas

Tabela I – Existência de Trigo, 1916 (cota Pt. 86)

Concelhos	Produção em Litros	Existências Trigo									
		Em Grão					Em farinha				
		Total (litros)	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros detentores	Total Kmg	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros
Continente	253.471.705	217.936.898	184.696.946	12.328.283	6.638.616	14.273.053	5.630.526	1.757.266	2.047.316	1.251.859	574.085
Lisboa	38.193.465	40.140.985	33.565.741	3.923.067	1.617.329	1.034.848	2.270.828	111.653	1.517.246	555.059	86.870

Tabela II – Existência de Batata, 1916

Concelhos	Produção em Litros	Existência Batata de Sequeiro				
		Total (litros)	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros detentores
Continente	82.960.685	64.053.358	62.620.757	-	518.024	914.577
Lisboa	18.013.475	12.086.794	11.794.149	-	248.026	44.619

Tabela III – Vinhos em Lisboa, 1916

Concelhos	Nº Declarantes	Produção		Existência Vinho		Disponível para consumo
		Uva (kg)	Vinho (l)	Depósito	Em trânsito	
Lisboa 1º Bairro	763		240.208	115.468.684	1.296.618	116.765.302
Lisboa 2º Bairro	657		100	473.261	56.281	529.542
Lisboa 3º Bairro	544		240.230	548.583	25.204	573.657
Lisboa 4º Bairro	479			745.716	52.119	797.635
Lisboa total	2443		480.538	117.236.244	1.430.222	118.666.136
Total País	18.491		102.058.451	195.573.225	2.685.184	196.502.189

Tabela IV – Azeite em Lisboa, 1916

Concelhos	Nº Declarantes	Produção		Existência Azeite		Disponível para consumo
		Azeitona (kg)	Azeite (l)	Depósito	Em trânsito	
Lisboa 1º Bairro	528		1.707	1.195.563	1.359	1.196.903
Lisboa 2º Bairro	350			152.778	8.370	161.138
Lisboa 3º Bairro	414		23.460	84.703		82.149
Lisboa 4º Bairro	377		171	133.464	18.249	151.713
Lisboa total	1669		25.338	1.566.508	27.978	1.591.903
Total País	8.644		1.068.769	3.969.937	171.997	3.305.518

Tabela V – Centeio em Lisboa, 1916

Concelhos	Produção em Litros	Existências Centeio									
		Em Grão					Em farinha				
		Total (litros)	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros detentores	Total Kmg	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros
Continente	94.592.950	79.942.963	75.649.510	558.398	936.822	2.798.233	742.472	605.517	71.738	24.350	40.867
Lisboa	1.862.997	1.824.545	1.347.594	111.055	145.636	220.260	72.336	32.281	23.025	680	16.350

Tabela VI – Cortiça em Lisboa, 1916

Concelhos	Produção em Litros	Existência Cortiça				
		Total (litros)	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros detentores
Continente	46.959.881	55.480.905	28.276.007	12.116.597	4.213.880	10.874.421
Lisboa	6.803.996	16.911.187	3.737.996	8.829.640	-	4.343.551

Tabela VII – Grão de Bico em Lisboa, 1916

Concelhos	Produção em Litros	Existências				
		Total (litros)	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros detentores
Continente	6.526.955	6.094.775	5.495.931	-	423.888	174.956
Lisboa	856.413	803.210	597.359	-	185.253	20.598

Tabela VIII – Fava em Lisboa, 1916

Concelhos	Produção em Litros	Existência Fava				
		Total (litros)	Produtores	Industriais	Comerciantes	Outros detentores
Continente	38.657.590	41.324.248	26.711.496	-	11.967.304	2.645.448
Lisboa	9.224.742	15.014.577	5.695.549	-	8.426.456	892.572

Decretos

Decreto n.º 3:328

“Artigo 1.º. As forças da GNR, os cabos, guardas e agentes dos corpos de polícia cívica ou civil, enquanto permanecerem no serviço policial, consideram-se mobilizados para serviço no país, não podendo ser distraídos para fora deste sem decreto especial” (excepção aos destacamentos autorizados pelo MI e os destacamentos que fazem parte dos corpos expedicionários.

“Artigo 2.º. Enquanto durar o estado de guerra, o serviço na GNR considera-se serviço militar obrigatório, podendo ser mandados incorporar nela as praças de pré necessária para complemento dos seus efectivos, e que satisfaçam às condições legais de admissão na mesma guarda.”

Decreto n.º 3:245 Diário do Governo de 12 de Julho de 1917

SUMÁRIO

Presidência da República:

Decreto n.º 3:245, declarando o estado de sitio na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, com suspensão das garantias constitucionais, até que o Congresso da República possa pronunciar-se.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DECRETO N.º 3:245

Considerando que na tarde de hoje têm ocorrido em Lisboa graves factos de perturbação interna, que se têm repetido durante a noite, e, tornando-se indispensável adoptar imediatamente providências excepcionais para a manutenção da ordem pública na cidade de Lisboa e seu termo; não havendo possibilidade de esperar pela resolução directa das duas Câmaras Legislativas sobre o assunto;

Usando das faculdades concedidas ao Poder Executivo pela Constituição Política da República Portuguesa, n.º 16.º do artigo 26.º e n.º 6.º do artigo 47.º, e pelas leis n.ºs 491 e 523, de 12 de Março e 4 de Maio de 1916:

Hei por bem, com o voto do Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

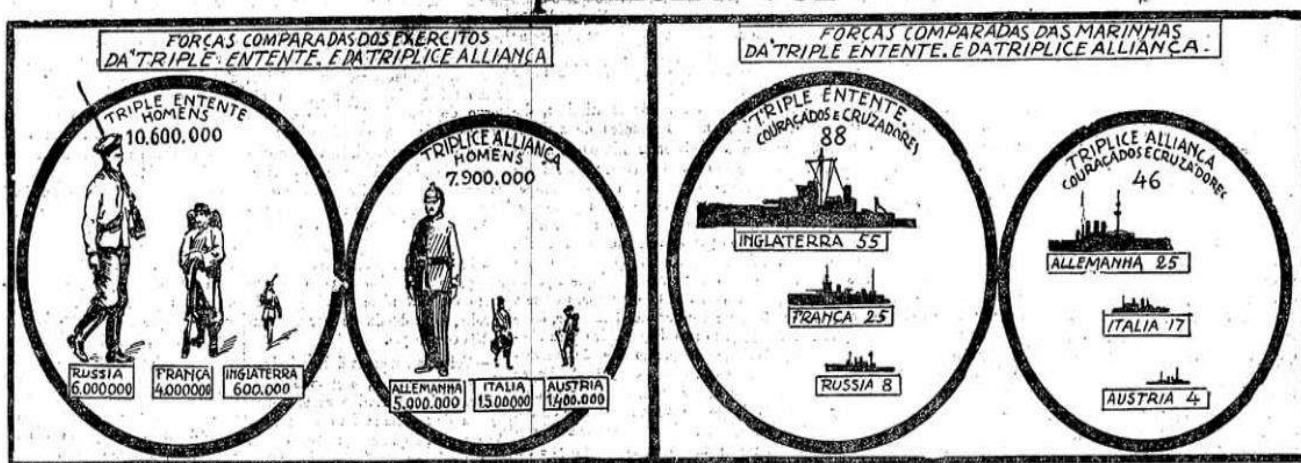
Artigo 1.º É declarado o estado de sitio na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, com suspensão total das garantias constitucionais, sómente pelo período de tempo necessário para que possa pronunciar-se o Congresso da República.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1917, às 23 horas.—BERNARDINO MACHADO—Afonso Costa—Artur R. de Almeida Ribeiro—Alexandre Braga—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—José António Arantes Pedroso—Augusto Luis Vieira Soares—Herculano Jorge Galhardo—Ernesto Jardim de Vilhena—José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães—Eduardo Alberto Lima Basto.

Imagens

Imagem I – Forças comparadas dos Exércitos



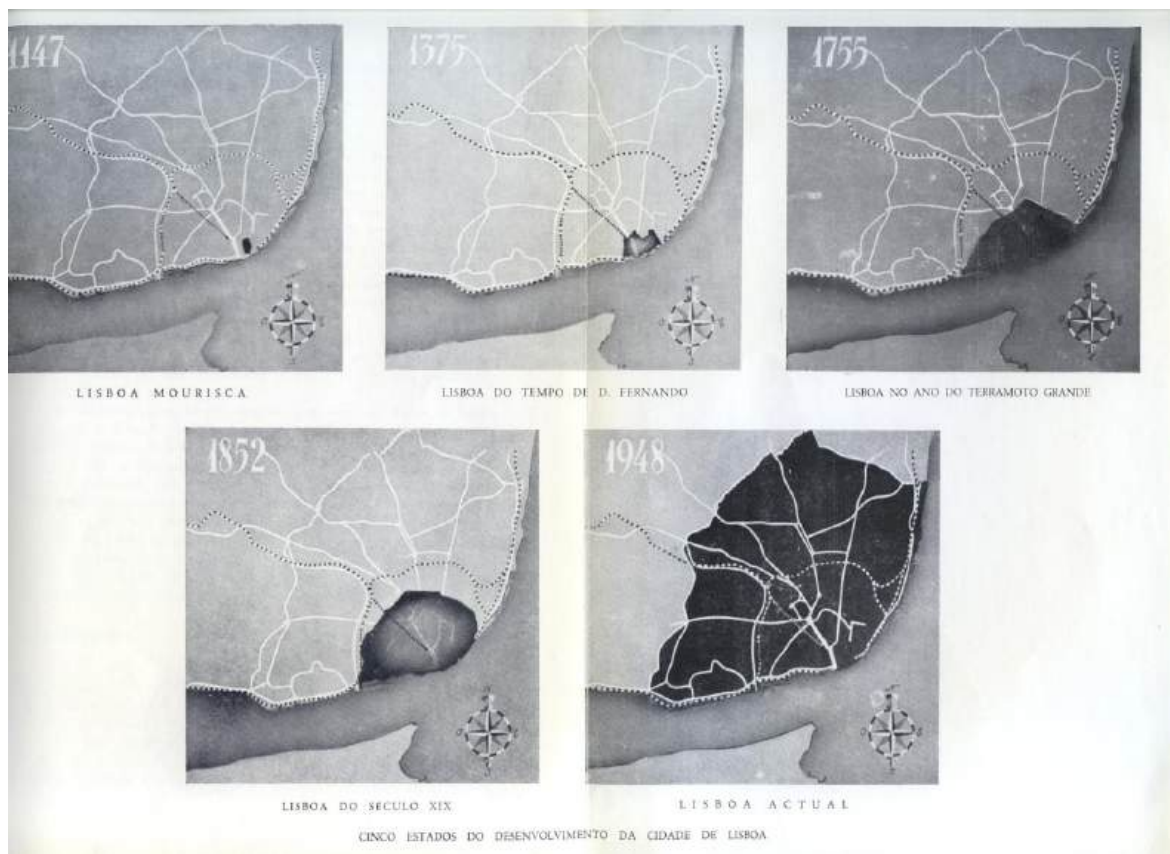
Forças Comparadas dos Exércitos, in *A Capital*, 1 de Agosto de 1914

Imagem II – Anúncio

Guerra?
Dinheiro garantido!!!
TODOS o terão trocando-o por ouro
e brilhante, valor universal, na
casa
Fraga & C.^a
76, Rua da Palma, 78
(Vendas com garantia)

Anúncio, in *A Capital* de 17 de Agosto de 1914

Imagem III – A Evolução de uma Cidade



Anexos escritos

Anexo Escrito I

Jornal *A Capital* de dia 5 de Agosto de 1914

Migalhas, Crónica de João Bran

“Confesso que essa guerra formidável, que se prepara e de que apenas os primeiros passos foram dados, me tem lançado o espírito n’uma perplexidade terrível. Que vai sair de tudo aquilo? Quem serão os vencedores? Que nova reviravolta se produzirá estes dias? Continuará a Alemanha isolada, como se acha actualmente, já que a Áustria mal pode com os sérvios e menos com os russos, já que a Itália se desinteressa da batalha? Onde virão a dar-se as batalhas decisivas e quanto tempo sobretudo durará este pesadelo cruel?”

Ontem ao subir para a plataforma d’um eléctrico, tive a explicação do quanto me interessava saber. O condutor, que pelos seus conhecimentos militares deve ser, pelo menos, refractário da reserva, dizia a um passageiro que, por uns vidros que transportava e um embrulho de massa que tinha entre as mãos, logo adivinhei ser vidreiro.

- Você vai ver. Aquilo é assim. Primeiro, os alemães avançam. Os franceses deixam entrar um bocadinho e, de repente, - ai rapazes! – como têm aos alemães um azar cão, até lhes mordem as orelhinhas. Os ingleses no mar dão cabo dos alemães também e ainda em cima...

- O quê, senhor condutor? – perguntei eu – Pois os senhores alemães levam toda essa pancadaria?

- Então, e os russos? O que é que o senhor faz aos russos?

- Eu, nada.

- Pois esses vêm por troços e apanham os alemães entalados. Vai ser traulitada de criar bicho...

Não se pode descrever mais eloquentemente, e em menos palavras a maior guerra que tem havido n'este mundo.”

Anexo Escrito II

Jornal de dia 15 de Agosto de 1914

Migalhas, de João Bran

“O nosso Praxedes foi hoje mercar por doze centavos, um d'aqueles suculentos mapas da Europa que tem appensa uma grossa de bandeirinhas sortidas, para as crianças e militares sem graduação se entreterem a marcar o avanço dos exércitos beligerantes.

- Isto realmente é curioso – declarava ele, mirando a folha multicolor – Nunca imaginei que a Europa fosse assim! Olhe que afinal, a geografia é um belo entretenimento e eu agora ás noites vou-me dedicar a isto.

- Não perca tempo, meu caro Praxedes. Palpita-me que tudo isso que aí está é provisório.

- Provisório?

- Sim. D'aqui a seis meses, provavelmente, já não é nada d'isso. Se os fados nos correrem propícios, olhe: este bocado aqui da Alsácia e Lorena passa para a França; a Bélgica, pelo bem que se tem portado, tem direito a comer, provavelmente o Luxemburgo, que se fez Lucas; a Holanda há de vir buscar o que a Alemanha lhe roubou em tempos, que é este pedaço; á Rússia fica também com alguma coisa do leste alemão; a Itália, com a sua neutralidade toda, não deixa de ir sacar á Áustria, bem como o Montenegro, que também é povo; a Turquia, por aquela esperteza de andar a comprar cruzadores alemães encravados, talvez passe a ser simultaneamente russa, romaica, búlgara, etc. Em resumo: a Europa fica transformada com mais duas repúblicas: a prussiana, que será este bocadinho aqui, e a húngara, que será tudo isto acolá...

- Que me diz?

- Isto, se os fados nos correrem propícios, porque senão a coisa vira toda para outro lado aqui onde você vê esta tirasinha verde, á beira mar plantada, talvez passe a ser o principado de Schaumbourgo Parvonía.

- Livra!

Anexo Escrito III – Carta ao Governador de Lisboa

Setúbal 26 de Junho de 1914

“Excelência,

As operárias das fábricas de conservas alimentícias na cidade de Setúbal, representa n’este momento a V. Exa a sua situação e da qual esperam a vossa digna atenção em harmonia do que expõem. A miséria reflecte-se quotidianamente no lar doméstico onde muitas crianças se definham derivado Exm^o Senhor por dois factores, que muito contribuem para acometer esta classe. O primeiro é sem dúvida a contínua escassez de peixe, que se manifesta d’uma forma extraordinária nos últimos tempos e o segundo, é o mais pernicioso, a opressão vingativa, exercida da parte da Secção Sindical dos Srs. Industriais, que unanemente no seu meio de exploração, seguem até á perseguição, que por conveniências pessoais. Industria, ou até á vingança... derivado á maior parte das vezes, da infelicidade do sistema abusivo de fragilidade do Sexo a quem pertencemos, e que os Srs. Industriais se aproveitam.

Por tal facto cortam-nos o direito ao trabalho, conduzem á inacção os braços que aspiram produzir para servir de sustento a lares de família, onde vegetam crianças cobertas de andrajos. Diversas questões se têm ventilado, entre as operárias e o patronato, por factos baseados na verdade, na razão e justiça que de direito nos assiste, tendo sempre o terminio da infâmia, de uma operária, que trabalhando determinado tempo numa fábrica, e pelo simples facto, de por sua conveniência, ou por vingança de patronato, ter de ser cumprida a deixar essa Fabrica subsiste ato contínuo uma combinação especial na classe dos Srs. Industriais, questão tratada directamente na sede da sua secção sindical, locupletam-se com o cartão da operária que só entregam quando querem: e depois d’essa entrega feita, menciona-lhe no verso uma observação minúscula, que dá o resultado d’essa operária não ter Industrial algum, que a admita no trabalho, é-lhe cortado a liberdade do Trabalho e condenada á fome.

Os exemplos são frisantes e o que se expõe é tão baseado na verdade que um inquérito o demonstraria. Excelência dentro do regime de liberdade, é com certeza um retrocesso e um atropelo ás leis da República, o corte da liberdade do trabalho é a condenação á fome. A Associação de Classe das Operárias, trata simplesmente dos

seus interesses directos defendendo as suas Associadas, não podia deixar de vir perante V. Exa exigir a vossa intervenção perante este estado de cousas, ou seja o fazer abolir essa garantia Industrial da coacção ao trabalho por tempos, só dando ingresso ao trabalho, quando esses Srs. Entendem, ou seja o seu uso jurídico condenar ou absolver é um crime de lesa sociedade e resultam por vezes graves consequências originadas pela fome quando os braços estão inativos por vingança. Por vezes esta associação tem procurado solucionar conflitos, com a intervenção da autoridade do concelho, o qual muitos foram regularizados pela intervenção do seu ultimo administrador, que obedecendo a uma forma digna de registo o patronato teve de transigir. Porém actualmente tendo esta Associação perguntado o Exmo. Sr. Declarou que faria por uma vez o que pudesse mas repetindo-se... não sabia o que fazer. Para nós operárias de Setúbal, a falta de apoio da autoridade do Concelho, demonstra o caminho de represálias dos Srs. Industriais e nós teremos que tomar a atitude que a classe achar conveniente. É por estes factos, vem a Associação de classes das Operárias das Fábricas de Conservas, apelar para V. Exa. Como digno e honesto Governador Civil, a fim de que dispondo dos meios necessários, deferindo e defendendo a nossa pretensão justa, o já dado por terminado este conflito, sentando os Srs. Industriais no cortar a liberdade do trabalho, servindo-se simplesmente do cartão apresentado com um reconhecimento da Associação da Operária.

A direcção da Associação da Classe das Operárias,

Mariana Royado

Maria Nogueira

Maria Fernandes